

## Módulo 2 – Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar

### Aulas

- O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar
- Diretrizes e eixos conceituais comuns do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar
- Eixo Articulador Transição Ecológica para o Século XXI
- Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social
- Eixo Desenvolvimento Urbano e Rural e Direito à Cidade
- Eixo Políticas Sociais e a Realização de Direitos
- Gestão Ética, Democrática e Eficiente
- Desafios do Financiamento da Ação Pública nas Prefeituras
- Planejamento e Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Tributária
- O legado do PT nos governos municipais – Banco de Políticas Públicas
- O legado do PT no governo Federal

Textos complementares Retrocessos do Governo Bolsonaro

## O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar

O município é o lugar onde vivem as pessoas: ricos e pobres; mulheres e homens; crianças; jovens; adultos; idosos. Pessoas de diferentes etnias e pessoas com deficiências. Onde se estabelece a relação com a terra, com o ambiente natural, com o território, com o espaço e o tempo.

No município, se estabelecem as relações de produção e trabalho, as relações sociais a partir das quais se vivencia a solidariedade, os conflitos e os processos ideológicos que os ocultam, onde se produz e vivem diferentes formas de violência. No município, as pessoas habitam e se deslocam por meio de transportes terrestres ou fluviais. Nos municípios, as pessoas constroem valores e representações, conhecimento, tecnologia, cultura material e simbólica.

Nos municípios, as pessoas se comunicam e experimentam a influência da mídia e dos processos de controle e dominação ideológica. As lutas dos trabalhadores por justiça social e pela transformação do País também acontecem nos municípios. Nas tramas da floresta e do cotidiano urbano ou rural dos municípios, se concretizaram as complexas relações sociais resultantes das contradições do capitalismo brasileiro: concentração da riqueza e da renda, profundas desigualdades sociais, culturais e regionais, de gênero, étnicas e processos de discriminação de todas as ordens, além das históricas contradições de nossa República Federativa onde o patrimonialismo, o fisiologismo e o clientelismo desenharam as relações entre poder central e local<sup>1</sup>. O município é um espaço de resistência, conquistas, disputa de interesses e organização de movimentos comunitários, culturais etc.

Identificar a complexidade das relações e das diferentes dimensões da vida nos municípios constituiu-se em desafio para as várias gerações de governos petistas, após a ditadura militar.

Diferentemente de outros governos, os governos petistas, em diferentes momentos, não se ocuparam apenas das responsabilidades constitucionalmente fixadas para os municípios na condição de entes federados.

Os governos petistas se ocuparam de pensar as cidades, compreendendo-as como o lócus da vida social. O PT colocou atenção e diligenciou esforços junto aos governos estaduais e federal para a solução integrada de problemas. Nas regiões metropolitanas, o PT impulsionou experiências voltadas à ação articulada entre cidades para o desenvolvimento econômico, o saneamento, o transporte e circulação, a educação, a saúde, entre outras questões.

As contradições estruturais e políticas que se revelaram nas experiências de governo fizeram com que o PT também buscasse tornar explícitas para a população<sup>2</sup> as limitações e conflitos existentes nos

---

<sup>1</sup> O Estado-nacional brasileiro organizou-se historicamente como República Federativa. No entanto, na maior parte da história do País a relação entre a União e os Municípios foi marcada pelo excesso de centralização. Desse modo, os municípios foram tratados não como protagonistas da elaboração e execução de políticas públicas, mas como espaços para a acomodação de interesses políticos e econômicos de elites regionais e locais. Historicamente, a autonomia municipal foi enunciada na letra da lei, mas não foi efetivada na prática política. De um lado, os municípios dependiam financeiramente dos governos federal e estadual e só obtinham verbas se os apoiassem; de outro lado, o governo federal dependia eleitoralmente dos municípios e por isso conferiam certo poder de mando aos chefes locais.

Esse círculo vicioso enraizou práticas antidemocráticas e autoritárias na cultura política nacional. Enquanto a relação entre o governo federal e o municipal baseava-se no fisiologismo, ou seja, na troca de apoio que favorecia ganhos pessoais para certa camada da elite; a relação entre o governo municipal e a base eleitoral pautou-se pelo clientelismo, a troca de favores que ampliava o poder pessoal daquela mesma camada da elite. Como esse circuito sempre culminou na ampliação de lucros e poderes de um pequeno grupo, a administração pública foi tratada como atividade privada. Esse patrimonialismo – o trato do patrimônio público como propriedade privada – tanto impediu quanto atrasou a ampliação da noção de cidadania, a promoção de direitos e a implementação de políticas públicas que fossem capazes de concretizar direitos.

<sup>2</sup> Especialmente nos canais de participação popular criados em cada cidade.

municípios. Tais conflitos se estabeleceram muitas vezes por força de políticas estaduais e federais conservadoras, expressando os diferentes interesses em disputa nos municípios<sup>3</sup>.

A partir das experiências de governo, da reflexão e elaboração no âmbito do partido, progressivamente, prefeituras petistas buscaram impulsionar políticas integradas de desenvolvimento regional em diferentes pontos do país.

Assim, tendo como referência as diretrizes partidárias do projeto democrático-popular para o Brasil, inserido na perspectiva estratégica de construção do socialismo democrático; os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra hegemonia no país), e impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

### **A construção do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar**

Os governos petistas se ocuparam de pensar as cidades, como dissemos, compreendendo-as como o *locus* da vida social. O PT colocou atenção e diligenciou esforços junto aos governos estaduais e federal para a solução integrada de problemas. Nas regiões metropolitanas, o PT impulsionou experiências voltadas à ação articulada entre cidades para o desenvolvimento econômico, o saneamento, a moradia, o transporte e circulação, a educação, a saúde, entre outras questões.

As contradições estruturais e políticas que se revelaram nas experiências de governo fizeram com que o PT também buscasse tornar explícitas para a população – especialmente nos canais de participação popular criados em cada cidade –, as limitações e conflitos existentes nos municípios. Tais conflitos se estabeleceram muitas vezes por força de políticas estaduais e federais conservadoras, expressando os diferentes interesses em disputa nos municípios (comerciantes, mercado imobiliário, grande capital e trabalhadores).

A partir das experiências de governo, da reflexão e elaboração no âmbito do partido, progressivamente, prefeituras petistas buscaram impulsionar políticas integradas de desenvolvimento regional em diferentes pontos do País.

Assim, tendo como referência as diretrizes partidárias do projeto democrático-popular para o Brasil, inserido na perspectiva estratégica de construção do socialismo democrático, os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra hegemonia no país), e impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

### **Os governos petistas desde os anos 80**

As políticas e experiências desenvolvidas por várias gerações de nossos governos e parlamentos, definidas como o Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, tiveram pelo menos três fases muito importantes: a de constituição e definição de políticas e inversão de prioridades, a do desenvolvimento local (especialmente durante os governos neoliberais no País) e a do desenvolvimento local sustentável, combinando desenvolvimento ambiental, social e econômico com inclusão social, no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento voltado à justiça social e à consolidação da democracia.

---

3 Comerciantes, mercado imobiliário, grande capital, trabalhadores.

A primeira fase, de inversão de prioridades, refere-se especialmente às gestões de 1989 a 1992. Apoiadas fortemente nas conquistas da Constituição de 1988, asseguradas pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, e em meio às disputas nas Constituintes Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, as gestões petistas se empenharam na formulação e concretização de políticas públicas.

Vale ressaltar que as concepções de políticas públicas desenvolvidas e defendidas pelo PT buscaram garantir o acesso aos serviços, a qualidade dos serviços oferecidos (como condição da garantia do direito) e a participação da população em conselhos de equipamentos ou de definição de políticas e recursos no âmbito da cidade. Essa perspectiva deu forte impulso à superação de ações espetaculares, fragmentárias e pontuais em cada área, apresentadas à sociedade como favores a serviço da reprodução de lógicas políticas as mais conservadoras e voltadas à dominação de classe, à exploração e à exclusão social.

As políticas levadas a efeito pelo PT transformaram favores em direitos, na realidade e no imaginário social. Nessa medida, o modo petista de governar foi ampliando o alcance e o conceito de cidadania.

As cidades governadas pela primeira geração de prefeituras do PT, de diferentes maneiras, desenvolveram políticas nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Habitação e Uso do Solo, Abastecimento, Saneamento, Transporte e Vias Públicas e, em menor escala, de Desenvolvimento Econômico, na medida em que nesta fase o foco da elaboração do PT eram as políticas sociais. Os investimentos respeitaram a lógica da chamada inversão de prioridades: foram mais significativos nas periferias e nas áreas sociais.

### **A segunda fase das gestões petistas e os tempos neoliberais**

Na década de 1990, as políticas neoliberais levadas a efeito pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso produziram uma reestruturação econômica que resultou no desemprego estrutural e patrocinou uma desestruturação política que desaguou no encolhimento de direitos sociais e trabalhistas. Em nome da estabilização monetária, o governo federal estimulou um severo ajuste fiscal que sacrificou o crescimento do País, a distribuição de renda e a garantia de direitos sociais básicos. O resultado final foi a redução da capacidade de atuação da União e o encolhimento do poder de ação dos Municípios.

As teses liberais, desenvolvidas depois da Segunda Guerra Mundial, apresentaram, em linhas gerais, como princípios: a perspectiva de redução do papel do Estado na economia e na garantia de direitos sociais; estabilidade monetária (meta suprema da economia) disciplina orçamentária; contenção de gastos sociais; taxa natural de desemprego (existência de um exército de reserva para limitar o poder de reivindicação dos trabalhadores) e reformas fiscais, visando diminuir os impostos sobre os lucros, além de reformas financeiras estimulando a desregulamentação do mercado e a especulação financeira. No Brasil e em outros países da América Latina, as políticas neoliberais estiveram voltadas também à focalização das políticas sociais e/ou municipalização de algumas áreas. Vale ressaltar que, no caso do Brasil, o debate sobre a municipalização de algumas das políticas sociais se desenvolveu durante a década de 80 antecedendo, portanto, os governos neoliberais de FHC.

Criou-se uma nova relação de dependência entre Estados e Municípios. Os municípios tiveram suas ações limitadas pela escassez de repasses financeiros do governo federal e de alguns governos estaduais. Por outro lado, o governo federal impunha obstáculos severos para o diálogo e a relação política com os municípios e suas entidades representativas. A garantia de direitos foi obstaculizada pela política do Estado-mínimo, pelas políticas focalizadas dela decorrentes ou, em outros casos, pela adoção da lógica e do léxico do mercado – a competição e a premiação, por exemplo – para alcançar, supostamente, a qualidade dos serviços. Nesta esteira, também foram realizadas e difundidas as chamadas terceirizações e a ampliação da privatização dos serviços públicos, como forma de diminuir as responsabilidades e os custos do Estado. O que em verdade foi realizado foi uma privatização dos direitos sociais e a mercantilização do espaço público.

Ao mesmo tempo, no plano ideológico, a noção política de cidadania foi sendo esvaziada, na medida em que se tratou de igualar a condição de cidadão com a de consumidor, fazendo crer à sociedade que o mercado deveria se constituir na referência máxima para o seu ordenamento.

Ao longo desse período, apresentando-se como uma forma de resistência e de contraposição às políticas neoliberais, as gestões municipais petistas formularam e implementaram políticas públicas em outra direção.

A partir do debate sobre a experiência das gestões anteriores, o PT desenvolveu e ampliou sua compreensão sobre as cidades, e os governos petistas, de diferentes maneiras e com diferentes ênfases, incorporaram a perspectiva de desenvolvimento local, concepção que incentivou a articulação entre desenvolvimento social, urbanístico e econômico.

Vários de nossos governos passaram a realizar ações urbanísticas, especialmente nos centros das cidades, visando qualificar esses espaços públicos e, como decorrência, democratizá-los na medida em que tornaram possível o encontro entre a população; novos padrões de socialização e a identificação dos habitantes com sua cidade. O PT em seus governos valorizou a memória e as expressões públicas de diferentes identidades culturais.

Ao mesmo tempo, as iniciativas voltadas à exploração das vocações econômicas locais (ou o desenvolvimento de novas – visando à geração de trabalho e renda – num contexto nacional, como já apontado, de desemprego e forte retração dos investimentos do Estado) permitiram o desenvolvimento de políticas em todas as regiões. Observe-se que o incentivo ao desenvolvimento econômico esteve em muitos casos fortemente articulado a intervenções urbanísticas, ou a ações culturais, turísticas, à melhoria das condições de transporte fluvial, marítimo e terrestre nas regiões urbanas e rurais, ou à prestação de serviços públicos de qualidade.

Observe-se também que a integração de políticas sociais e a consolidação de políticas voltadas a fortalecer os espaços de participação e decisão para as mulheres, pessoas negras, jovens, pessoas LGBT e indígenas, permitiu ampliar direitos, bem como defender as múltiplas identidades, experiências e tempos presentes nas cidades.

Essas experiências de desenvolvimento local e seus programas lançaram grandes desafios de planejamento e articulação de políticas para as regiões e para o País. Planejamento de longo prazo nas e das cidades, por meio de processos de discussão com os vários segmentos da sociedade, buscando definir e articular políticas e ações contínuas e permanentes.

Vale indicar, no mesmo sentido, que o compromisso com o presente e o futuro dos municípios trouxe a possibilidade, também, da criação de canais e dinâmicas de integração regional, movidas pela possibilidade de articulação e otimização de políticas, respeitadas as diferenças entre os governos e seus respectivos programas de governo.

Os canais de integração regional se somaram às experiências de participação, tais como o Orçamento Participativo, os conselhos e conferências de políticas públicas e os fóruns de discussão nos municípios. Decerto, o PT contribuiu para que cada vez mais cidadãos e cidadãs no Brasil pudessem exercer a condição de sujeitos do processo social, de maneira crítica e ativa e, ainda, para que os conflitos de interesses inerentes à sociedade de classes pudessem se manifestar nos espaços públicos de discussão e negociação.

Para o PT, a construção e alargamento de espaços públicos de participação e a inserção de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, de diferentes etnias e gerações, no mundo da ação política foi e tem sido processo indissociável da luta pela hegemonia de um projeto transformador no Brasil.

## Diretrizes e eixos conceituais comuns do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar

Os governos democrático-populares liderados pelo PT nos municípios formularam políticas locais transformadoras que consubstanciaram o chamado Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar.

O município constitui-se, potencialmente, no mais importante espaço de democratização da ação pública. E também de construção da cidadania, considerando-se esta como um forte espaço de inclusão social e superação de desigualdades de toda ordem, sejam econômicas, sociais, culturais, de gênero, raça, orientação sexual ou religiosa. É com esse olhar que se torna fundamental trabalhar o planejamento da cidade, da sua construção e afirmação. A identidade cidadã, para configurar-se, pressupõe que haja um profundo processo de diálogo entre a administração pública e quem vive a cidade no dia a dia, em cada uma de suas especificidades. A participação popular e cidadã pressupõe existência de canais formais e institucionais para este fim, bem como para o diálogo cotidiano com as várias necessidades de construção da cidade.

As administrações públicas tradicionais têm se pautado, na maioria das vezes, por ações espetaculares, de grande visibilidade, buscando apenas impacto junto à opinião pública, no sentido de consolidar apoios pessoais e eleitorais futuros. O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação e nas suas primeiras investidas na administração pública, tem buscado inverter essa lógica, pautando-se pela concretização de políticas setoriais e gerais, geradoras de cidadania, desde a busca do combate à miséria e à exclusão social até a criação de processos crescentes de participação cidadã e de novos procedimentos de gestão.

O PT vem construindo uma lógica de governo que supera as ações espetaculares, que não se restringe aos limites de cada mandato em particular, à sedimentação de políticas cuja maturação vai além de quatro anos, criando pontos que impeçam retrocessos nessas políticas e visando a busca de novos patamares de serviços públicos e de gestão, bem como o fortalecimento das comunidades. Isso exige uma cultura de planejamento, articulação de políticas, eficiência e racionalidade da máquina pública e controle social de governo, com transparência e eficácia capazes de promover e garantir o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs. É importante que essa agenda seja identificada, nas ações do executivo e do legislativo, como Agenda do PT.

Considerando os padrões de integração e articulação das políticas públicas implantados nos governos do PT e os desafios em cada município, apontamos a necessidade elaborar os conteúdos dos Programas e Planos de Governo e das Propostas de Mandato Parlamentar orientados pelas diretrizes e eixos conceituais comuns do Modo Petista.

O eixo articulador das diretrizes é **Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI**, processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora, pela soberania alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, visando garantir a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

Os demais eixos são: **Participação Popular e Cidadã e Controle Social; Desenvolvimento Urbano e Rural nos Municípios e Direito à Cidade; Políticas Sociais e a Realização de Direitos (Segurança, Educação, Saúde, Cultura, Mulheres, Juventude, LGBT, Combate ao Racismo); Gestão Ética, Democrática e Eficiente.**

Essa abordagem representa um avanço em relação a nossa formulação histórica relativa ao desenvolvimento local sustentável, na medida em que, além de apontar para novas formas de produção, na perspectiva de superação do capitalismo, constitui-se em referência para o que apontamos como sendo uma nova sociedade, orientada pelos valores e concepções do que definimos por socialismo democrático.

## Eixo articulador – Transição Ecológica para a sociedade do Século XXI

A transição ecológica é um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora. Sustenta a promoção de transformações na sociedade, visando à distribuição da renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania popular e do País e a um mundo multipolar. Não terá forma única e deverá levar em conta os padrões atuais de desenvolvimento econômico, cultural, sócio-ambiental e político.

Isso quer dizer que devemos considerar a questão ambiental, o modo de produção e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação do Estado e da participação da sociedade. Ela contribuirá para superação de um capitalismo predatório, cujas dinâmicas de concentração da riqueza só têm se acentuado, e para que alcancemos uma sociedade que não mais se estruture com base na exploração do trabalho humano, na dominação do homem pelo homem, no controle e na manipulação das ideias, nas várias formas de autoritarismo, violência, racismo, machismo, xenofobia, lgbtfobia e ataque aos direitos humanos fundamentais.

A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes. As tecnologias incluem as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética, uso de materiais, reciclagem etc.). Para tanto, será necessário grande aporte da ciência e da tecnologia, assim como a busca de nossa soberania energética.

A Transição Ecológica pretende assegurar a saúde natural do planeta, superar a crise climática, transformando as formas de produzir e assegurar a manutenção dos biomas. Não se pode desperdiçar e esgotar recursos existentes, desconsiderando as necessidades das gerações atuais e futuras. Nosso desafio, em escala planetária, é gerar maior qualidade de vida para os seres humanos, considerando o necessário cuidado com as relações pessoais e sociais a serem materializadas, na garantia dos direitos sociais, humanos, políticos, civis e sociais de mulheres e homens, pessoas negras, indígenas, das juventudes e pessoas LGBT, no campo, nas regiões de floresta, ribeirinhas e nas cidades.

A superação do envenenamento massivo da natureza requer transformações dos padrões atuais de concentração de terras e produção no campo. É preciso reverter a dinâmica de ruptura ecológica atual, favorecendo a soberania alimentar, a agroecologia na perspectiva de mudanças estruturais da produção e do consumo de alimentos ultraprocessados e dos consequentes problemas de saúde deles decorrentes.

Coerente com essa visão, a Transição ecológica deve inspirar políticas que contribuam para instituir outros valores e referenciais de consumo.

A Transição Ecológica se tornou inegociável para a vida humana e deve acontecer de forma justa e progressiva, ou corre o risco de se tornar mais uma solução para a crise capitalista. Para o PT, a concepção de Transição Ecológica é, portanto, inseparável da perspectiva do socialismo democrático estabelecida em nossas resoluções.

No âmbito do município, a perspectiva da Transição Ecológica (apresentada no programa de governo Lula/Haddad nas eleições de 2018) avança nossa formulação histórica em relação ao desenvolvimento sustentável<sup>4</sup>, na medida em que aponta para novas formas de produção econômica e superação da crise

---

<sup>4</sup> O PT concebeu historicamente o **desenvolvimento local sustentável** como: *a articulação das políticas públicas no âmbito social, ambiental, econômico, cultural e ético, de modo a garantir a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica a perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados por toda a população, isto é, crescimento, estabilidade e distribuição. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico-ambiental e destruir os recursos naturais.*

mundial, da consideração das diferentes dimensões da vida das pessoas e das experiências sociais e culturais nos territórios, o que deve se traduzir em integração das políticas a partir do Estado.

Assumir a Transição Ecológica como eixo norteador da gestão e dos mandatos parlamentares, no que temos definido como sendo o Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, é amadurecer as políticas sociais a partir dos princípios da sustentabilidade. Considerando nossa visão sobre o Brasil e a sociedade que queremos no século XXI<sup>5</sup>, reconhecemos que a solução para a grave crise climática na qual nos encontramos está diretamente ligada a concepção ambiental, inclusão social, educação, saúde, cultura, saneamento, planejamento urbano, mobilidade e também aos modelos econômicos e de gestão. Significa, portanto, assumir que planejamento urbano sem saneamento básico, desenvolvimento econômico sem redução de carbono, habitação sem plano de arborização, saúde sem SUS são soluções que caberiam para o século passado. Nas áreas florestais e costeiras, não necessariamente a atividade de manejo sustentável é o único caminho.

Nossos programas para campanha e para o governo estarão alinhados com as ODSs<sup>6</sup>, sem, contudo, restringir-se a elas.

É preciso promover mudanças nos padrões de consciência, cultura política e de comunicação na sociedade, permitindo maior organização e participação, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos setores excluídos, bem como a ampliação do espaço público, de maneira a evidenciar os diferentes interesses e conflitos.

Estamos certos de que a solução para a grave crise climática na qual nos encontramos dependerá necessariamente da articulação das políticas econômica, social, cultural e ambiental. Há uma relação recíproca entre elas, cujo fortalecimento é necessário à transição e à mudança nos padrões de vida em sociedade para a maioria das pessoas. Isso justifica a articulação entre o planejamento de governo e todos os instrumentos de planejamento como PPA, LDO, LOA, plano diretor e planos setoriais.

### **Transição ecológica para Bem Viver nas cidades**

A concretização de orientações que façam avançar as várias dimensões da Transição Ecológica em todas as cidades depende, como já apontamos, de uma articulação entre as políticas desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal.

É fundamental que, nestas eleições, essa perspectiva seja apontada. Nossos candidatos e candidatas aos parlamentos e executivos locais devem se colocar como lideranças dessa política no âmbito das cidades e, também, em âmbito regional, como contraposição a ação do governo Bolsonaro de destruição da vasta riqueza natural do Brasil, dos direitos, do patrimônio e da soberania nacional.

O PT, no lugar do ódio, da desesperança e da destruição, defenderá a proteção da vida e mudanças nas cidades, ainda que os recursos se tornem muito limitados em função da recessão econômica e das devastadoras consequências da pandemia mundial do coronavírus.

Para tanto, é preciso defender um pacto federativo entre União, Estados e Municípios que alcance outros padrões de colaboração e financiamento, partindo-se da experiência dos governos do Presidente Lula e

---

*Sob esta ótica, sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições.*

5 Plano de Governo Lula-Haddad, 2018.

6 Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>.



da Presidenta Dilma e da negação da política fisiológica e agressiva do governo Bolsonaro em relação às demais esferas de governo<sup>7</sup>.

Além da defesa de outra relação com o governo federal, é fundamental, para impulsionar e integrar as políticas e potencializar recursos de toda ordem, a articulação de municípios de uma mesma região, que pode facilitar modificações na produção econômica, de acordo com as propostas aqui formuladas, bem como o estabelecimento de ações comuns no campo da educação, da saúde, da assistência e da participação social.

No mesmo sentido, as cidades podem e devem estabelecer relações com outras cidades do mundo, voltadas à construção de relações econômicas, intercâmbios científicos e culturais, projetos de cooperação em outras áreas, movidos pelos mesmos princípios relativos às mudanças na base produtiva e na produção e distribuição da riqueza.

Na crise em que os municípios vivem e viverão, é preciso uma atenção muito responsável e uma conduta criativa para buscar sustentar condições de financiamento com capacidade de execução de políticas, e isso envolve oportunidades relativas às diretrizes da estratégia de Transição Ecológica.

Como apontamos, nossos prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras deverão se empenhar em um planejamento integrado, que articule iniciativas para mudanças na matriz produtiva, políticas de geração de emprego e renda, de direito ao trabalho, ao crédito, à posse da terra, à titularidade de imóveis, aos bens públicos e à educação, à saúde, à habitação, à assistência mobilidade e ao transporte de qualidade a partir de infraestrutura limpa e de tudo o que é indispensável para a vida em uma sociedade democrática.

É preciso transformar as cidades e as regiões em territórios inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

O **Bem Viver** é um conceito em construção a partir da maneira indígena de ver a vida, enfatizando cosmovisões, experiências e determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta. No Brasil, também pode ser interpretado como *nhandereko* (guarani). As culturas indígenas veem a natureza de forma integral, sendo a Terra (*Pacha Mama*) um organismo vivo, da qual os seres humanos fazem parte. Além disso, os indígenas se dedicam mais a viver, enquanto a sociedade do consumo se dedica a consumir.

A sabedoria dos povos tradicionais consiste em se reconhecer como parte integrante da natureza, e são conscientes de que a agressão a ela é uma autoagressão. A ideia de que nós, os humanos, nos descolamos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda para estes povos. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. O respeito por *Pacha Mama*, hoje, é compartilhado por grandes setores da humanidade que estão lutando contra o extermínio do mundo.

Nesse sentido, o Bem Viver se apresenta como uma reconstrução utópica de futuro, a partir da visão andina e amazônica, em um projeto pós-capitalista, em uma luta por transformação civilizatória, que deve servir de inspiração para as políticas públicas que pretendem promover territórios plenos, cujos habitantes sintam-se pertencentes, responsáveis e parte integrante da cidade, do campo, dos processos de decisão e de tudo que coexiste no mesmo espaço.

---

<sup>7</sup> Ver texto “Retrocessos no Eixo Transição Ecológica para a sociedade do Século XXI.

### **Orientações para a Transição Ecológica**

- O município, por meio de suas lideranças, deve assumir a frente e participar de processos para influir nas macropolíticas em âmbito regional, estadual e nacional;
- O planejamento territorial deve envolver um diálogo amplo entre os municípios de uma mesma microrregião, mesorregião ou território específico, favorecendo práticas cooperativas, a implementação de políticas públicas e a busca de soluções, exigindo-se providências do governo federal. As articulações regionais são elementos fundamentais para a sobrevivência das cidades;
- A constituição de câmaras, conselhos, agências de desenvolvimento local e regional, agendas de desenvolvimento territorial, consórcios públicos, sistemas de governança metropolitana são modalidades de articulação interinstitucional e/ou interfederativas que podem organizar esses processos em uma escala onde é possível identificar problemas e possibilidades comuns a determinados municípios;
- A pandemia do coronavírus aprofundará o quadro recessivo em função do enxugamento do Estado, promovido pelo atual governo federal e do teto de investimentos estabelecido ainda durante o governo golpista de Michel Temer (que limitou os investimentos públicos). Medidas de incentivo fiscal à indústria de baixo carbono são exemplos de iniciativas que podem ser tomadas;
- Há que se ter criatividade em cada local, sabendo que uma experiência pode conduzir a uma situação específica e transformadora. Por exemplo, não é necessariamente uma grande indústria ou a implantação de um distrito industrial tradicional que irá trazer avanços econômicos e superação da pobreza em determinada região. É preciso conhecer bem a infraestrutura existente no município, bem como possíveis e eventuais investimentos que poderão ser feitos pelos governos municipais, estaduais e federal na região, nesse contexto de grave crise econômica e diminuição das iniciativas do Estado. A construção de uma rodovia, de uma estrada vicinal, de um porto, de um conjunto habitacional, a extensão da rede elétrica e de comunicações, a existência de escolas técnicas ou faculdades, além de programas de formação profissional ou pesquisas e estudos da economia local e regional são alguns dos elementos indutores da atividade econômica, de atração de investimentos e de inclusão social;
- Devem ser coletados, produzidos e analisados dados objetivos que indiquem tendências locais ou regionais, demandas históricas da comunidade, recursos e oportunidades em potencial como base para a construção do programa e plano de governo e das propostas de mandato parlamentar. Mantidos atualizados, serão registros contínuos para o aperfeiçoamento das experiências desenvolvidas e o diálogo com a sociedade;
- Devemos combater a ideia neoliberal, que incentiva a competição entre regiões e municípios, por meio da guerra fiscal, para atrair grandes empresas e investimentos. Do mesmo modo, apresentar alternativas de gestão opostas à privatização de parques, agências de saneamento e de outras formas de mercantilização dos direitos básicos para preservação da vida;
- As políticas de Transição Ecológica devem ser formuladas e acompanhadas com a mais ampla participação cidadã e controle social, especialmente popular.

### **Propostas para a Transição Ecológica**

- As práticas de gestão devem levar em conta o conhecimento acumulado de lideranças, especialistas, comunidades, sindicatos, empresas, universidades e instituições locais, que deve ser socializado e difundido. Bons exemplos disso são a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos<sup>8</sup>, e as técnicas de agroflorestamento utilizadas por povos tradicionais, originários e rurais, que garantem produção agrícola e conservação ambiental ao mesmo tempo. Essa conduta pode fortalecer a

---

<sup>8</sup> Decreto 5.813/2006, cujas diretrizes foram detalhadas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, assinados por 10 ministérios. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960\\_09\\_12\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html)>.

capilaridade territorial para fazer avançar as propostas e o desenvolvimento de tecnologias sociais inovadoras;

- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, dentre outras medidas capazes de promover uma nova cultura de relação com a cidade; entretanto, o cidadão e a cidadã não podem ser responsabilizados por todo um sistema que promove o oposto. Assim sendo, os planos devem prever ações educativas e integradas dos três setores<sup>9</sup>;
- Implantar equipamentos de acolhimento às mulheres e pessoas LGBT vítimas de violência doméstica ou homofobia, bem como ferramentas que visem à garantia de direitos dos povos originários e populações tradicionais;
- Os programas de geração de renda e de capacitação para o trabalho, vinculados às políticas de acesso ao crédito e às tecnologias, políticas de abastecimento e de comercialização dos produtos e, ainda, a prestação de serviços, atividades industriais ou agropecuárias serão fundamentais para a geração de renda e para o conjunto da atividade econômica;
- Fortalecer processos de participação, como Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Congresso da Cidade, entre outras iniciativas, visando concretizar e acompanhar (parlamento e sociedade) a Transição Ecológica no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Sustentável, Plano Plurianual, Planos de Políticas Públicas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. É imprescindível fortalecer os Conselhos e as relações de representação bem como favorecer a articulação entre eles para a realização de políticas integradas (*ver mais no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social*);
- Identificar e explorar potenciais vocações do município, tendo em vista suas já existentes redes econômicas, sua biodiversidade, suas vantagens e sua inserção na economia regional, fomentando o caráter sustentável de suas atividades.

---

<sup>9</sup> Público, privado e social.

## **Eixo – Desenvolvimento Urbano e Rural nos Municípios e Direito à Cidade**

Para o PT, todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável, com direito à ampliação da participação política.

Para o PT, todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela: direito à moradia digna e à terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, ao transporte público e ao trânsito seguro; direito à inclusão social e à participação política e cidadã. Para o PT, todas as pessoas têm direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais; o combate à segregação urbana e às limitações à diversidade socioespacial; o compromisso com a função social da cidade e da propriedade.

Garantir o direito à cidade é garantir o direito à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Direito ao deslocamento seguro, com o sistema viário priorizado para as viagens por transporte coletivo, a pé ou de bicicleta. Direito a equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde nas cercanias da moradia. Acesso a equipamentos públicos em qualquer lugar da cidade, sem discriminação ou constrangimento. Direito à água limpa nos rios e córregos, a respirar sem poluição atmosférica, à convivência sem poluição sonora. Na construção desse direito, devem estar garantidos os princípios da sustentabilidade, equidade e justiça social, e principalmente, que todos os habitantes da cidade possam tomar parte do processo de decisão sobre os temas que afetam suas vidas.

A transição ecológica nas cidades deve ter como meta contribuir para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias. Contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a conversão da frota de ônibus e outros veículos do poder público municipal para sistemas de propulsão menos poluentes, assim como a multiplicação de parques e intensa arborização no espaço urbano.

Para o PT, todas as pessoas que vivem nas áreas rurais dos municípios têm direito à qualidade de vida; a uma reforma agrária que promova políticas e ações socioeconômicas ambientalmente sustentáveis; a apoio técnico para a agricultura familiar, com acesso à tecnologias agroecológicas; ao planejamento e zoneamento das atividades agropecuárias no município; à manutenção das unidades de conservação, de áreas de proteção e recuperação de mananciais e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal nas propriedades rurais, além da proteção de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos até sua eliminação completa, o que, neste momento, impõe esforços adicionais, considerando a estagnação dos processos de reforma agrária, a liberação desenfreada, pelo governo Bolsonaro, do uso de novos agrotóxicos e o avanço do agronegócio sobre pequenas propriedades. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos *in natura* pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.

Atualmente, 17 em cada 20 brasileiros moram em cidades pequenas, médias e grandes. Em poucas décadas, o país predominantemente rural se urbanizou. A industrialização levou grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras do campo para a cidade e de regiões mais pobres para as mais ricas, em busca de melhores oportunidades de trabalho, de renda e de condições de vida. Nas cidades, boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras, sem salários suficientes para ter acesso à moradia formal, teve que se acomodar nas moradias precárias em favelas e cortiços, palafitas ou nos loteamentos irregulares nas periferias, sem infraestrutura, sem asfalto e sem transporte público adequado.

Nos anos 1970, houve a retomada das lutas dos movimentos populares e das reivindicações por melhoria na infraestrutura urbana e melhores condições de vida. A união desses movimentos sociais com as

associações profissionais de arquitetos, geógrafos, assistente sociais, sindicatos e ONGs deu origem ao Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que se formalizou nos anos 80, com o objetivo de lutar pela reforma urbana, ganhando destaque no contexto do processo de redemocratização do país.

A luta pela reforma urbana alcançou uma importante vitória com a inserção do capítulo da política urbana na Constituição de 1988 e sua regulamentação após onze anos no [Estatuto das Cidades](#)<sup>10</sup>, que prevê as funções sociais da propriedade e da cidade e instrumentos para que o município, ao implementá-los, caminhe na construção do direito à cidade para todos e todas.

No governo do Presidente Lula, foram criados, em 2003, o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades, cumprindo o histórico compromisso político com os movimentos de luta pela reforma urbana, e também, como uma nova forma de enfrentar as principais questões urbanas do país, priorizando a construção democrática de políticas e programas, em parceria com os movimentos sociais, estados e municípios.

Os 13 anos de existência do Ministério das Cidades foram marcados por avanços importantes na reestruturação institucional e legal do setor urbano no país. Foram formulados e implementados a Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Mobilidade e Transporte Urbano, Política e o Sistema Nacional de Habitação, o marco nacional para a Regularização Fundiária Urbana, além do Sistema de Conferências das Cidades. Em parceria com outros ministérios, foram formuladas também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Desastres e Defesa Civil e o Plano Nacional para Adaptação à Mudança do Clima. Foi também um período de investimentos sem precedentes na história, realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em transporte, saneamento e urbanização de assentamentos e no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma trouxeram avanços importantes com os programas Reforma Agrária – promotora de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável – e Luz para Todos, que procurou universalizar o acesso à energia elétrica. Instituíram a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o aumento do crédito e seguro no campo, com linhas especiais do PRONAF e o Garantia Safra. O PAC também melhorou a segurança hídrica em regiões como o semiárido Nordeste, realizando obras de grandes canais, adutoras, barragens e perímetros de irrigação, como a Integração do Rio São Francisco, entre outros.

Nesse período, o governo brasileiro tornou-se signatário e teve participação relevante nos foros internacionais para a construção de um conjunto de acordos globais, entre os quais destacam-se a [Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030](#)<sup>11</sup> para o Desenvolvimento Sustentável, o [Acordo de Paris sobre a Mudança do Clima](#)<sup>12</sup> e o [Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres](#)<sup>13</sup>. Esses acordos expressam um consenso mundial sobre a urgência dos temas da sustentabilidade, construção de resiliência às mudanças climáticas e redução das desigualdades.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas, reconhece, pela primeira vez, as cidades como entes capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável e os governos locais como aliados estratégicos no cumprimento deste desafio. **A ODS 11, Tornar as cidades e**

---

<sup>10</sup> Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição Brasileira.

<sup>11</sup> <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

<sup>12</sup> O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

<sup>13</sup> Após quatro dias de discussão e uma sessão de negociação final de mais de 30 horas, os 187 Estados que compareceram à Terceira Conferência Mundial da ONU para a Redução de Riscos de Desastres, em Sendai (Japão), adotaram a Declaração de Sendai e o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030. Com a adoção do novo programa, mortes, destruição e deslocamentos causados por desastres naturais podem ser significativamente reduzidos até 2030.

**assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**, pode ser considerada uma síntese da dimensão urbana e ambiental desses acordos globais, apontando na mesma direção da estratégia da transição ecológica, que demanda a articulação das políticas de habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente com as políticas sociais e de desenvolvimento econômico local.

As dimensões continentais do país demandam ainda que a elaboração das estratégias locais considere as especificidades culturais e bioclimáticas das nossas regiões. Na Amazônia, onde estão 73% das unidades de conservação do país e a maior biodiversidade do planeta, os núcleos urbanos são pouco dinâmicos, vulneráveis, instáveis e tensionados pelo acelerado processo de ocupação da fronteira agropecuária, por grandes projetos econômicos de exploração de recursos naturais e por intensa atividade predatória. Esse processo de ocupação e urbanização exige políticas públicas específicas e adequadas a essas características.

O cenário atual é extremamente desafiador para nossos prefeitos e prefeitas, vereadoras e vereadores em diversos aspectos. A questão climática já vinha impondo um sentido de urgência na mudança de estratégia das políticas urbanas, em especial a de mobilidade, de urbanização dos assentamentos precários e da prevenção e mitigação de risco. Além disso, as novas tecnologias digitais e de informação já estão alterando o modo como a cidade se reproduz, incidindo na produção, no comércio, nos serviços, nas relações de trabalho e, inclusive, na forma como as pessoas convivem.

O surgimento da pandemia do novo **coronavírus**<sup>14</sup> e da COVID-19, desnuda toda a desigualdade e iniquidade da vida urbana atual. Desde a insuficiência e má distribuição dos equipamentos de saúde, passando pela absurda concentração de renda até a precariedade das condições de vida nas favelas e cortiços onde até a necessidade de isolamento social para preservar vidas não é factível. O seu enfrentamento coloca novas questões, como, por exemplo, os termos em que se dará a retomada da economia e a superação do quadro recessivo.

Este cenário exigirá liderança política no planejamento e na articulação regional, aplicação dos instrumentos de regulação que contribuam no enfrentamento dessas duas urgências, a climática e a pandemia, e ainda, criatividade para estabelecer novas estratégias de organização, participação popular e de financiamento, considerando o desmonte dos programas federais de financiamento de habitação, saneamento, mobilidade e a extinção dos mecanismos de articulação entre o governo federal e os estados e municípios.

Para responder a estes desafios, é vital que se adote a perspectiva da transição ecológica nos municípios como uma frente central de implementação do projeto do Partido dos Trabalhadores.

## **1. Desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda no município**

Os princípios e as diretrizes da Transição Ecológica podem e devem ser materializados no plano econômico, a partir de políticas impulsionadas pelo estado em nível local e regional, visando desenvolver iniciativas que se caracterizem pela economia de baixo carbono, minimizando os impactos ambientais e agregando valor à produção. Sob os efeitos da crise sanitária do novo coronavírus e da crise econômica e fiscal, será fundamental que os municípios potencializem as vocações econômicas no plano local e regional, articulando as cidades, as universidades e centros de pesquisa para fortalecer iniciativas no campo da produção agroecológica e agroflorestal, da pesca, da indústria, do turismo e dos serviços que gerem emprego e renda.

É preciso realizar políticas que fortaleçam a criação de micro e pequenas empresas, de associações e cooperativas com apoio técnico e formação profissional, ações necessárias para o sucesso dessas iniciativas. Nossos prefeitos e nossas prefeitas devem liderar processos que permitam construir alternativas econômicas integradas nas regiões que não tenham como motor ações ambientais

---

<sup>14</sup> A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios mais graves (site do MS).

predatórias e superexploração do trabalho. Nos estados governados por forças progressistas e de esquerda, será fundamental motivar e articular políticas em cada território. Devemos estar fortemente comprometidos com a garantia de emprego e a geração de emprego e renda, crescimento da atividade econômica, fortalecimento das políticas sociais e com a luta para superação do desequilíbrio federativo fiscal, isto é, para mudanças nos processos de repartição de recursos que geram assimetrias e desigualdades entre os municípios e entre estes e os demais entes da federação.

## **2. Desenvolvimento agroecológico com sustentabilidade socioambiental**

A agricultura familiar com princípios agroecológicos garante a manutenção de variedades e cultivos locais. Este fator aumenta a agrobiodiversidade, o que permite também resgate dos conhecimentos locais das práticas tradicionais de manejo como possibilidade concreta de implementação de um processo democrático de desenvolvimento rural sustentável. A queda de renda e a redução de apoio institucional e financeiro para aquela parcela de agricultores que produz os alimentos que efetivamente chegam à mesa colocam em risco a segurança alimentar da população.

O planejamento do município deve ter um olhar integrado sobre suas áreas rurais e urbanas. Deve inibir o espraiamento das periferias e valorizar produção local e a agricultura familiar.

## **3. Moradia Digna**

No Brasil, a industrialização e a urbanização não reduziram a situação de iniquidade na distribuição de renda, nem do acesso à moradia para os mais pobres. Nossas cidades são produtos de uma das sociedades mais desiguais do mundo. No território, essa desigualdade se materializa na segregação socioespacial das nossas periferias e nas moradias precárias nas favelas.

Há um cenário dramático nas nossas cidades, e os governos municipais são uma frente de atuação fundamental para desenvolver estratégias de resiliência, tanto para mitigar os efeitos aos eventos extremos ligados às mudanças climáticas, quanto para lidar com a emergência sanitária da pandemia do coronavírus. Em ambos os casos, o combate às desigualdades por meio do acesso à moradia e da melhoria das condições de habitabilidade ganham centralidade e um sentido de urgência, pois ainda que estes eventos atinjam a todos indiscriminadamente, os impactos são mais dramáticos para os mais pobres que estão mais vulneráveis porque se concentram nas áreas de risco e assentamentos precários, com limitado acesso a serviços e a outros recursos.

Os instrumentos e planos locais de habitação, prevenção de risco e plano diretor, formulados nos últimos anos, terão de ser revisitados à luz do desmonte do financiamento federal para os programas de habitação e da limitação dos recursos municipais. Revisitá-los, significa preservar os avanços e incorporar como novos componentes da estratégia urbana, as diretrizes da transição ecológica e da emergência sanitária da COVID-19.

## **4. Recursos Hídricos e Saneamento básico**

### **4.1. Recursos Hídricos**

A água é um bem comum, essencial à vida e um direito humano e de todos os seres da natureza.

O Brasil possui as maiores reservas de água doce do mundo, o que não evita que haja restrições crescentes na sua disponibilidade. Isso ocorre não apenas pela distribuição desigual no território, onde, por exemplo, a bacia hidrográfica do rio Amazonas detém 71,1% da vazão nacional. A visão corrente de que essa abundância na região Norte, a escassez no Nordeste e o equilíbrio nas demais regiões se traduz em serviços de saneamento para a população não corresponde à realidade.

Regiões como o Sul e o Sudeste estão sendo afetadas pelo crescente desmatamento na Amazônia e do Cerrado, decorrente da expansão da fronteira agrícola, o que já ocasiona redução das chuvas e do reabastecimento dos aquíferos nas regiões Sudeste e Centro Oeste, com a seca atingindo até partes da região Sul.

O aumento do aquecimento global irá agravar a situação de escassez dos recursos hídricos com a ampliação dos conflitos pelo controle e acesso à água, o que já acontece na usurpação por grandes fazendeiros em detrimento de agricultores familiares ou por indústrias de uso intensivo de água, desrespeitando o preceito legal de prioridade para o abastecimento público.

Com a escassez, surgem as propostas de considerá-la como mera mercadoria que pode ser apropriada de forma privada. Os projetos de criação de “mercados da água” vão nesse sentido.

A redução e o controle rigorosos do desmatamento, objetivando atingir a meta zero e a utilização com maior produtividade de terras já destinadas à produção agropecuária, sem a incorporação de novas áreas florestadas, são condições para minorar os efeitos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica.

A poluição ocasionada pelo despejo de esgoto doméstico sem tratamento, o lixo que chega nos rios, os resíduos de agrotóxicos e medicamentos afetam a qualidade da água e, muitas vezes, a quantidade em condições de uso.

Os municípios têm papel relevante para melhorar a gestão da água, por meio do controle do uso e ocupação do solo e da adequada regulação dos serviços de saneamento dos quais tem a titularidade, estabelecendo a obrigação de preservar os mananciais.

Outro aspecto importante para os governos de prefeituras e prefeitos do PT é a construção participativa do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e dos demais atores envolvidos na cadeia de resíduos sólidos (produtores que geram resíduos, consumo e pós-consumo, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores).

O PGIRS é um dos mais importantes instrumentos da PNRS. Tem como diretriz a observação da seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada apenas dos rejeitos. Estabelece, para todos os atores envolvidos, a partir da situação atual da gestão dos resíduos, como se pretende atuar para atingir, em determinado período temporal, os objetivos da Política. Define, ainda, os meios necessários para evoluir da situação atual para a situação desejada, do ponto de vista técnico, institucional e legal, econômico e financeiro, social, ambiental e da saúde pública. Além disso, o PGIRS deve atender às exigências da Lei Federal de Saneamento Básico, garantindo a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

#### **4.2. Água e Esgoto**

O saneamento básico abrange os serviços de captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação final de resíduos sólidos e drenagem urbana.

O fornecimento de água encanada atende cerca de 85% da população do país. Porém, mesmo nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste onde cerca de 90% dos imóveis estão ligados na rede de água, as populações das periferias mais distantes ou que residem em regiões mais altas, muitas vezes sofrem com interrupções no fornecimento ou baixa pressão nas torneiras. A universalização do abastecimento é imprescindível por motivos sanitários e de inclusão social.

Os serviços de coleta e tratamento de esgotos apresentam indicadores muito piores. Cerca da metade do esgoto gerado não é coletada e apenas um quarto é tratado. O despejo de esgoto sem tratamento nos rios e represas é o principal fator de poluição ambiental nas regiões mais povoadas.



Na Amazônia, o déficit é muito significativo e o percentual de domicílios permanentes ligados às redes de água é de 58,5%, e de esgoto sanitário é de apenas 9,4%, ambos muito inferiores à média nacional.

As tentativas de privatização do setor de água e esgoto dos governos Temer e Bolsonaro vão em sentido oposto ao que ocorre no mundo, onde centenas de localidades, em países desenvolvidos ou não, reestatizaram os serviços privatizados na primeira onda neoliberal dos anos 1970 e 80. Ficou constatada a má qualidade dos serviços prestados e a cobrança de altas tarifas, muitas vezes abusivas.

A mesma situação pode ser verificada em algumas cidades e Estados brasileiros que contrataram concessionárias privadas. Os operadores privados se interessam exclusivamente pelos municípios mais rentáveis e a situação sanitária nos demais fica pior.

### 4.3. Resíduos sólidos

A gestão dos resíduos urbanos é um dos maiores desafios para a transição ecológica nos municípios e um fator fundamental para a nova concepção de “cidades inteligentes e sustentáveis <sup>15</sup>”. Esses novos paradigmas precisam se traduzir em mudanças reais nos municípios.

Os processos contemporâneos de industrialização são focados na alta produtividade, no fornecimento massivo de produtos e na ampliação permanente dos mercados consumidores. As relações criadas a partir dessa lógica, geram padrões claramente insustentáveis de produção e consumo, imenso volume de resíduos com alto custo para o planeta e para a saúde das pessoas.

De acordo com o relatório Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019<sup>16</sup>, o cenário da gestão de resíduos sólidos no país se manteve praticamente estagnado nos últimos quatro anos. O Brasil gerou, em 2018, 79 milhões de toneladas de lixo. Nos municípios, a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos, em aterros sanitários, chegou a 59,5%, em 2018. O restante (40,5%) foi despejado em locais inadequados por três mil municípios. Quase 30 milhões de toneladas acabaram indo para lixões ou aterros controlados (23% e 17,5%, respectivamente), que não contam com tratamento e medidas necessárias para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente.

Para fazer frente a todos os serviços de limpeza urbana no Brasil, os municípios aplicaram, mensalmente, em média, R\$ 10,15 por habitante. É uma das áreas de maior valor orçamentário diretamente controlado pela prefeitura.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010, no governo do Presidente Lula, é uma das legislações que tratam da proteção ambiental e deveria estar entre os temas estratégicos da ação governamental dos entes federados, especialmente dos municípios. Não é o que ocorre na maioria das cidades. Prefeitas e prefeitos do PT precisam encontrar formas de balancear a ênfase econômica no processo de desenvolvimento para não negligenciar a implementação de alternativas para a destinação de resíduos sólidos com garantia das condições ambientais e de saúde das pessoas.

Dentre os municípios brasileiros, 73,1% (pouco mais de quatro mil), fazem algum tipo de coleta seletiva. Na maioria dos casos, poucos bairros são atendidos. A coleta seletiva está distante de ser universalizada. A estimativa, em 2018, era de que somente 3% deste total coletado foi de fato reciclados, sendo que o potencial era de até 30%. Essa é uma preocupação que deve estar presente nas políticas públicas implementadas por nossos governos.

Mesmo limitada, esta atividade conta com um exército de cerca de 800 mil catadores, que aumenta ano a ano, desde o início da crise de emprego. É insuficiente o apoio institucional para a organização de cooperativas e associações e tributário para impulsionar o mercado de recicláveis, com a consequente

<sup>15</sup> Ver Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente

<sup>16</sup> Relatório elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).  
<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>

geração de emprego e renda. O descarte indiscriminado dos resíduos sólidos é a prática usual, quando deveria se resumir aos rejeitos.

A logística reversa, isto é, o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público, pelos seus fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, só é aplicada em poucos ramos industriais.

A dificuldade de o município implementar essas práticas sozinho é muito grande, por isso, a PNRS que sinaliza uma alternativa: *“os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal”*. Esta pode ser uma grande oportunidade para superar as dificuldades financeiras, logísticas e técnicas associadas a operacionalizações da gestão de resíduos nos municípios.

Novas práticas de gestão precisam ser adotadas, no sentido de melhor otimizar o investimento público e privado nas aquisições de equipamentos e oferta de serviços, como os de educação ambiental, coleta seletiva, reciclagem e disposição final.

Os consórcios públicos aparecem como possibilidade de utilizar a cooperação federativa entre municípios, entre municípios, estado e a União, em parcerias com articulação e conciliação de interesses que transcendam as fronteiras político-administrativas para a gestão, associada de serviços públicos, ainda mais frente ao quadro atual de escassez de recursos técnicos, financeiros e organizativos. As atividades de limpeza urbana e destinação de resíduos podem funcionar como um condomínio de interesses e de políticas, podendo agregar todos os atores locais.

As experiências já consolidadas no Brasil evidenciam as vantagens no uso dos consórcios públicos na resolução de problemas ambientais e de saúde, além dos ganhos de escala e redução de custos. O consorciamento pode promover a articulação local de diversas políticas de desenvolvimento e mobilização de recursos, redefinindo os territórios e fortalecendo a articulação e os fluxos econômicos e sociais.

## 5. Drenagem

A necessidade de escoamento das águas no meio urbano foi pouco considerada no modelo de urbanização predominante de utilização do maior espaço territorial possível, com a retificação e canalização de rios e córregos, a ocupação de várzeas, a implantação de avenidas de fundo de vale e a impermeabilização predominante do solo.

Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma foram sensíveis a essas necessidades e apoiaram as cidades brasileiras no enfrentando das situações recorrentes de inundação e de deslizamento de encostas<sup>17</sup>. Ao todo, foram feitas 332 obras de drenagem de córregos para solucionar problemas de enchentes recorrentes, especialmente em municípios das regiões metropolitanas, que provocavam perdas humanas e materiais (Ex. rios Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense; Riacho das Pedras, em Belo Horizonte; da Bacia do rio Una, em Pernambuco; e da Bacia do Córrego Ponte Baixa, em São Paulo).

Mesmo com esse esforço, as necessidades dos municípios se mantêm altas, ainda mais considerando a frequência e intensidade cada vez maiores das enchentes provocadas pelas mudanças climáticas, os ataques especulativos ao meio ambiente, o desmatamento, a impermeabilização das encostas e a sobrecarga dos sistemas de drenagem, que agrava ainda mais as inundações recorrentes. É importante

---

<sup>17</sup> Revista Legado dos Governos Lula e Dilma, p.88.

estudar caso a caso e propor soluções para além das bocas-de-lobo, galerias de águas pluviais e dispositivos de retenção como piscinões.

A reversão desse modelo em áreas intensamente ocupadas não é fácil, porém, é possível construir políticas voltadas para tornar o solo capaz de absorver parte do volume de água, criando normas tanto para imóveis particulares quanto para as vias públicas e ampliando espaços públicos de alta absorção como praças e parques.

Em termos de planejamento, os municípios devem ter planos estruturados, construídos e revistos coletivamente, que sinalizem as vertentes do desenvolvimento urbano e as dinâmicas de crescimento e funcionamento que enfrentem os problemas da cidade e melhorem a vida das pessoas, especialmente aquelas que mais precisam. É importante, para as questões de drenagem, ter um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município bem construído e, sempre que as dimensões do município exijam, Planos Municipais de Saneamento Básico – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas e de Mobilidade Urbana.

O Plano também terá que lidar com a falta de aportes do governo federal. Com os cortes no orçamento e a EC 95, os investimentos em drenagem caíram 75% e os de contenção de encostas 90%<sup>18</sup>.

## **6. Transporte e mobilidade urbana**

Uma das condições primordiais para uma boa qualidade de vida nas cidades, principalmente nas maiores, é evitar que as pessoas dispendam parte considerável do seu tempo em deslocamentos, geralmente com baixo nível de conforto e em ambientes muito poluídos. Uma das consequências da expansão desordenada das cidades é o descolamento excessivo entre os locais de moradia e de trabalho, atingindo principalmente a população mais pobre, que utiliza o transporte coletivo, mas não só ela.

Para vencer o desafio da mobilidade urbana é necessário estabelecer novas diretrizes de planejamento que visem à construção de uma cidade mais compacta, conectada e coordenada e alterar a prioridade dos investimentos em transporte individual motorizado, especialmente por automóvel, para o transporte coletivo, além de incentivar o deslocamento a pé em curtas distâncias e o uso de bicicleta.

A grande questão a considerar é porque no Brasil, mesmo havendo forte demanda, não avança na expansão de transporte coletivo de alta capacidade, eletrificado e sobre trilhos. Uma parte da explicação é que a ditadura do automóvel é sustentada pela forte influência política e econômica das indústrias automobilísticas e de petróleo. Não é por outro motivo que o planejamento urbano, em grande medida, é pensado em função do automóvel, e o viário urbano, um dos principais investimentos públicos em qualquer cidade, também ser voltado para o transporte individual.

Não existe solução adequada possível para a mobilidade urbana se o número de automóveis existentes continuar crescendo continuamente e forem utilizados como transporte prioritário para o deslocamento cotidiano. A médio e longo prazo, a indústria automobilística até pode reduzir a emissão de poluentes, mas não há como criar espaço físico para o automóvel ser o modal preponderante.

Vale destacar que durante os governos do PT, a política federal de transporte urbano a mobilidade urbana foi incorporada como um direito, baseado nas pessoas e não nos automóveis, apontando para uma cidade mais acessível, democrática e ambientalmente sustentável<sup>19</sup>. Essa concepção é a base da Lei da Mobilidade Urbana, aprovada em 2012, no governo da presidenta Dilma. De 2003 a 2015, o governo federal ofereceu, para municípios e estados, quase R\$ 200 bilhões, em valores atualizados para julho de 2019, com o objetivo de melhorar as condições do transporte coletivo urbano nos grandes centros com implantação de metro, VLTs e BRTs, principalmente para reduzir o tempo de deslocamento para trabalho

---

<sup>18</sup> Revista Legado dos Governos Lula e Dilma, p.88.

<sup>19</sup> Idem.

e/ou estudo, priorizando empreendimentos nas regiões metropolitanas e as cidades com mais de 150 mil habitantes.

O poder local não tem como resolver sozinho os problemas da mobilidade urbana, principalmente nas grandes cidades. Porém, pode contribuir para sua melhoria e para diminuição da poluição atmosférica. Apesar de individualmente os ônibus movidos a diesel serem mais poluentes, no conjunto, o transporte motorizado individual responde por volume de emissões três vezes maior que o transporte coletivo.

Um dos principais incentivos para a migração do transporte individual para o coletivo, além da oferta adequada, é a questão tarifária, que deve ser abordada também sob a perspectiva do combate à desigualdade, da distribuição de renda e do direito à cidade. O modelo vigente, no qual os usuários são os únicos ou os principais financiadores do transporte por ônibus, precisa ser superado.

Deve-se buscar as fontes de financiamento nas empresas, principais beneficiárias do deslocamento dos trabalhadores, nos proprietários de automóveis, beneficiados pela maior parte dos investimentos públicos no setor, e no conjunto dos contribuintes, utilizando o princípio da progressividade. O objetivo é conseguir operar com tarifa zero ou tarifa social com ampliação das gratuidades.

Priorizar o transporte coletivo, a fluidez e a segurança do trânsito em geral tem grande importância pela redução da poluição e porque, pela diversidade das atividades no meio urbano, parcela das viagens exige o transporte individual.

## Diretrizes

### Mudanças Climáticas

- Promover o tratamento sistêmico e integrado das políticas sobre a mudança do clima e dos esforços de adaptação e mitigação dos seus impactos;
- Implantar uma política de enfrentamento de riscos, que inclua o mapeamento de enchentes e deslizamentos; monitoramento, prevenção, contingência e mitigação de riscos, por meio de um sistema de alarme e resposta; com a participação da população local na identificação e na antecipação de desastres e na priorização dos investimentos;
- Estabelecer estratégias e políticas de adaptação às mudanças climáticas que estimulem a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa e estimulem o desmatamento líquido zero;
- Priorizar a implementação do Fórum Municipal ou Regional para Mudanças Climáticas nos municípios com indústrias ou grande volume de veículos poluentes, produção massiva de gado, monocultura e aqueles que enfrentam incêndios florestais;
- Criar e/ou fortalecer o órgão municipal de defesa civil, de acordo com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC;
- Criar mecanismos para que indústria e comércio se adaptem ao modelo produtivo com baixa emissão de Gases de Efeito Estufa e poluentes;
- Articular com os atores do município a capacitação de trabalhadores para que estejam aptos a ingressar em atividades produtivas e comerciais que atuem com baixa emissão de Gases de Efeito Estufa e poluentes;
- Promover a difusão de tecnologias de adaptação às mudanças climáticas.

### **Desenvolvimento Econômico e geração de trabalho e renda**

- Promover e incentivar arranjos produtivos locais como ferramenta para a inclusão social e a geração de emprego e renda; buscar o acesso ao crédito e a capacitação dos atores envolvidos no processo;
- Promover e fomentar as redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários;
- Fortalecer as articulações para a comercialização da produção rural do município, tendo em vista o abastecimento alimentar da população, as aquisições institucionais para a alimentação escolar, por meio de gestão direta do governo municipal, e para ampliação dos pontos de vendas de produtos de qualidade em mercados municipais e em bairros da periferia (sacolões, varejões e outros);
- Fomentar o comércio justo, sustentável e solidário, apoiar e fortalecer o associativismo, o cooperativismo e as feiras livres de todos os campos produtivos;
- Incentivar a implantação de indústrias com ênfase às atividades econômicas locais, no crescimento inclusivo e ambientalmente justo;
- Fomentar e fortalecer o uso de tecnologias sociais como ferramenta de desenvolvimento e os segmentos produtores de conteúdos digitais criativos;
- Regulamentar o acesso das micro e pequenas empresas aos programas de compras públicas;
- Apoiar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito e às exportações;
- Promover a desburocratização da provisão de serviços públicos às micro e pequenas empresas;
- Fazer gestões para facilitar o acesso ao crédito de jovens, mulheres, pessoas negras, povos originários, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito;
- Apoiar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito e às exportações;
- Promover a desburocratização da provisão de serviços públicos às micro e pequena empresas;
- Desenvolver ações visando à redução do trabalho informal;
- Apoiar e incentivar o artesanato local;
- Desenvolver programa de educação profissional e tecnológica;
- Promover ações que contribuam para a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta;
- Promover ações de fiscalização e criar canais de denúncia sobre trabalho infantil;
- Criar programas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades e de remuneração das populações negra, indígena, quilombola, cigana e LGBT no mercado de trabalho;
- Criar programas específicos para capacitação profissional e inserção das pessoas transexuais e transgêneras;
- Elaborar planos municipais de turismo, criar e fortalecer os órgãos municipais de turismo;
- Incentivar o Turismo de Base Comunitária (TBC) nos municípios que apresentem tal vocação e criar mecanismos de incentivo fiscal para tal;
- Promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia;
- Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística;
- Qualificar gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo.

### **Desenvolvimento agroecológico com sustentabilidade socioambiental**

- Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a prática da agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social;
- Fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais e do território desenvolvido nas Reservas Extrativistas, pela pequena agricultura amazônica, pelas populações tradicionais e pelos indígenas, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações;
- Estabelecer limites à implantação de monoculturas que possam ocupar as áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou de monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente;
- Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis produtivos, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de sistemas resilientes;
- Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal;
- Promover capacitação de novas tecnologias para a produção agrícola, dando ênfase aos cultivos alimentares;
- Estimular a produção orgânica, agroecológica e agroflorestal diversificadas e com baixo impacto ambiental;
- Instituir fundo de amparo e fomento à agricultura familiar;
- Apoiar a produção e comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar e dos projetos da Reforma Agrária;
- Investir em infraestrutura e logística necessárias para o escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor;
- Regulamentar o [Selo Arte](#)<sup>20</sup> na esfera municipal, com mapeamento em parceria com agrodefesa e órgãos de vigilância sanitária para facilitar a produção e comercialização de produtos artesanais e da agricultura familiar;
- Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar;
- Criar formas de restringir o uso de venenos na agricultura e de impedir a sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais;
- Criar política, mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos;
- Fiscalizar o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos;
- Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os agricultores familiares e fortalecer o Sistema Brasileiro de ATER;
- Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada ao manejo florestal comunitário e familiar;
- Ofertar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pesqueira e aquícola;
- Incentivar e investir na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal;
- Promover a comercialização e o consumo do pescado;
- Promover a inclusão social dos trabalhadores do setor da pesca;
- Criar ferramentas normativas para redução dos impactos da pesca sobre outros animais, como quelônios<sup>21</sup>, cetáceos<sup>22</sup>, aves, entre outras.

---

20 Lei 13.680/18 – regulamenta processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal, identificados com o Selo Arte.

<sup>21</sup> Tartarugas, cágados, jabutis.

<sup>22</sup> Baleias, golfinhos.

## Moradia Digna

- Estabelecer um processo de elaboração e revisão do plano diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, realizada de forma partilhada entre os técnicos e a comunidade, que permitirá um processo de caracterização e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais que deve abranger todo o território do município;
- Promover a consolidação de Territórios Inclusivos, por meio de estratégias diferenciadas para tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico ou populacional, com implementação das políticas públicas de forma articulada a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e aplicação de incentivos para instalação de atividades econômicas de geração de trabalho e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica;
- Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária;
- Criar zonas com restrição de urbanização e ocupação em áreas sujeitas a riscos, como várzea, fundos de vale, encostas, margens de rios, córregos e litorâneas;
- Fortalecer a participação e o controle social, a articulação institucional e a governança democrática como componentes transversais em todas as estratégias territoriais;
- Implantar mecanismos de mediação de conflitos em áreas ocupadas por população pobre, evitando as remoções e combinando a observância de direitos humanos com a preservação ambiental e o cumprimento da função social da cidade;
- Atuar de maneira proativa na construção e fortalecimento das instâncias de governança regionais ou metropolitanas;
- A política municipal de habitação deve prever diferentes formas de atendimento das necessidades habitacionais: i) urbanização dos assentamentos precários, ii) regularização fundiária, iii) melhorias habitacionais, iv) aquisição de moradia ou ainda a produção de lotes urbanizados com material de construção, que pode ser uma boa alternativa nas cidades pequenas. Entretanto, o desmonte dos financiamentos federais da Faixa 1 do Programa MCMV e do PAC – Favela irá impactar a capacidade de atendimento dos municípios aos mais pobres, sendo importante a aplicação de instrumentos fiscais que reforcem as finanças municipais, assim como reforçar as parcerias e a assistência técnica com os movimentos sociais, ONGs, grupos organizados e sindicatos, para os projetos de habitação do município;
- Defender programa público de moradia adequado às especificidades da Amazônia, considerando os custos regionais diferenciados de deslocamento, transportes, comunicação e logística e o uso de materiais disponíveis em abundância na região como, entre outros, a madeira;
- Utilizar os terrenos e edifícios vazios das cidades para a produção de moradias de interesse social e de equipamentos públicos, combatendo a privatização dos imóveis públicos;
- Implementar um programa de assessoria e assistência técnica integral (jurídica, social, urbanística), preferencialmente, associado a uma política de subsídios que apoie projetos de autogestão, de autoconstrução de moradias e de melhorias habitacionais realizadas pelos movimentos sociais, cooperativas, ONGs e grupos organizados. O programa poderá articular e apoiar a obtenção de financiamento junto à CAIXA, *fintechs*<sup>23</sup> e outras fontes;
- Promover as iniciativas de materiais e sistemas construtivos tradicionais.

## Recursos Hídricos

---

<sup>23</sup> *Fintech* é uma abreviação para *financial technology* (tecnologia financeira, em português), usada para se referir a empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais.

- Os municípios devem participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, de modo a melhorar a gestão ambiental e dos recursos hídricos e estimular a participação da sociedade civil e dos Estados;
- Estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes;
- Promover a despoluição, recuperação e renaturalização de nascentes, manguezais, córregos e rios e mananciais degradados.

### Água e Esgoto

- Defender o caráter público e a titularidade municipal dos serviços de saneamento básico, a serem prestados por ente municipal, estadual ou consórcio público e combater sua privatização;
- Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento público, priorizando políticas de gestão de recursos hídricos, como controle de perdas, defesa de instituição de compensação financeira para municípios produtores de água, utilização de águas pluviais e de reuso, em substituição às grandes obras de engenharia de alto custo e forte impacto ambiental;
- Propor medidas para garantir que o lucro ou excedente seja reinvestido na expansão das redes de abastecimento e esgoto, conforme a ODS 6 “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”;
- Manter rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto para, de um lado, não sobrecarregar a rede de esgoto e, de outro, evitar maior poluição hídrica;
- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade de os imóveis estarem ligados à rede de esgoto, onde houver;
- Criar programas específicos para tratamento de esgoto em municípios turísticos com comércio próximos a cursos d’água e orla marítima, bem como apresentar alternativas para o descarte e reaproveitamento de resíduos destes estabelecimentos;
- Manter agência reguladora municipal ou em consórcio com outros municípios para os serviços de água e esgoto, prestados por empresa estadual, de modo a efetivar o exercício da titularidade municipal;
- Estabelecer acesso à tarifa social a todas as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou que estejam abaixo da linha da pobreza e manter fornecimento mínimo de água para famílias sem condição de pagamento.

### Resíduos sólidos

- Criar mecanismos para promover o aumento da reciclagem, a redução na geração de resíduos, a reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente sustentável dos rejeitos;
- Dar destinação adequada ao resíduo sólido, tendo como alternativa econômica viável um consórcio entre municípios;
- Promover a educação ambiental para incentivar o consumo responsável, a separação de resíduos para a reciclagem e a compostagem residencial;
- Implantar ou ampliar a coleta seletiva de lixo;
- Incluir as cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da gestão de resíduos sólidos;
- Responsabilizar as indústrias e comércio geradores de resíduos pela destinação adequada das embalagens e produtos;
- Promover a gestão integral da qualidade do ar, considerando vários vetores, como mobilidade, energia, resíduos, água, biodiversidade, verde.

### Drenagem



- Criar ou aplicar legislação que obrigue a permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações como margens e várzeas de rios e córregos;
- Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar ações e obras e implantar sistemas para controle e monitoramento de inundações;
- Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos;
- Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas permeáveis;
- Buscar fontes de financiamento para a macro e microdrenagem urbana.

### **Transporte e mobilidade**

- Planejar a cidade para equacionar os conflitos entre os modais, prevendo o deslocamento seguro por meios não motorizados, adequação e uso das calçadas e o uso da via pública;
- Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio de implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a aumentar o máximo possível a velocidade dos veículos com a consequente redução do tempo de viagem e a poluição atmosférica;
- Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, adotando tecnologia verde, com redução de emissões e promovendo a eficiência energética, estimulando a adoção de tecnologia de qualidade veicular para a frota do município (consumo de energia e emissões de gases);
- Integrar o transporte coletivo nas regiões metropolitanas, com planejamento conjunto entre os municípios e o Estado de forma a obter melhor atendimento à população, evitar a sobreposição de linhas, racionalizar custos e praticar tarifa única e integrada, independente do número de viagens, para não onerar os moradores dos locais mais periféricos;
- Estimular a implantação generalizada de ciclovias e ciclofaixas, facilitando as viagens de ciclistas;
- Adequar as calçadas e dotá-las de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas, com implantação de faixas em todos os cruzamentos e tempo de fechamento de semáforos suficiente para o pedestre cruzar a via com tranquilidade e segurança;
- Implantar medidas de trânsito seguro, desenvolvendo estudos e identificando soluções de segurança e fluidez do trânsito, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número vítimas do trânsito (mortos e feridos);
- Rever a política tarifária, com o objetivo de implantar a tarifa zero e, enquanto não forem criados os mecanismos financeiros para tal, operar com tarifas módicas, ampliando as gratuidades, necessariamente subsidiadas por recursos fiscais e não pelos demais usuários;
- Reverter a frota de ônibus movida a óleo diesel para uso de energia mais limpa, contribuindo para melhoria da qualidade do ar;
- Promover a gestão integral da qualidade do ar, considerando vários vetores, como mobilidade, energia, resíduos, água, biodiversidade, verde.
- Na Amazônia, defender a multimodalidade das redes rodoviária, ferroviária, fluvial, aérea e de informação, para a construção de uma logística eficiente e adequada às escalas geográficas e às condições ambientais locais para atender a população e promover a integração intrarregional.

## Eixo – Participação Popular Cidadã e Controle Social

**Participação popular cidadã e controle social** são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. A Constituição Federal de 1988, marco destas conquistas democráticas, estabelece os princípios de participação da sociedade na elaboração, gestão e controle social das políticas públicas.

É importante lembrar que, antes de 1988, o Estado brasileiro exercia medidas de controle sobre a sociedade, mas não existiam instrumentos que permitissem à sociedade controlar as ações do Estado. Com o passar dos anos e o acirramento da luta política, o uso indiscriminado do termo “participação” por diferentes partidos e governos exige que ele seja qualificado à luz dos contextos e demandas políticas e sociais. A incorporação da participação no discurso de quase todos os projetos e partidos políticos faz com que o termo tenha os mais variados significados: desde a presença numa concentração de cunho político, o preenchimento de formulários de avaliação, uma reunião, processos de terceirização de serviços públicos, até o ato de interferir objetivamente nos processos de decisão sobre ações de governos.

Nas décadas após a promulgação da Constituição de 1988, o exercício da participação e controle social foi introduzido na agenda da gestão pública, nas três esferas de governo e em diversas áreas de políticas públicas. Mesmo aquelas que não constavam inicialmente no texto constitucional, como igualdade racial, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e LGBTs, conquistaram canais institucionais de participação, muitas vezes, por pressão da militância em defesa de direitos.

Essas iniciativas enfrentaram resistência de setores conservadores, acostumados a tomar decisões sem ouvir e dar voz a quem utiliza os serviços públicos e depende destes para ter acesso a direitos. É possível elencar diversos obstáculos, como a falta de familiaridade com o funcionamento da administração pública, a linguagem técnica e cheia de siglas, a ausência de informações e, não raras vezes, o descaso de governantes e equipes de governo.

Mas é importante reconhecer que a existência desses canais de participação mudou o funcionamento da gestão pública no Brasil. Nas três esferas de governo, especialmente em torno dos conselhos<sup>24</sup> e conferências, a participação popular e cidadã foi se consolidando, conquistando a capacidade de influenciar as decisões sobre o planejamento e a implementação das políticas públicas.

---

<sup>24</sup> Garantidos pela Constituição Federal de 1988, os chamados Conselhos têm sido criados nas diversas esferas do Poder Público, a saber: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de dar vez e voz à Sociedade Civil em fóruns participativos, para aperfeiçoar a tomada de decisões sobre a implantação e o funcionamento das políticas públicas. Apesar de a Constituição prever a participação popular na deliberação de alguns temas, é nas leis orgânicas dos municípios que estão mais detalhadas as informações sobre os conselhos. Nelas, estão previstas a quantidade de conselhos na cidade, áreas de interesse em que atuarão e também outras regulamentações necessárias. As atribuições, funções e o funcionamento dos conselhos estão registradas em seus respectivos regulamentos. Conselhos são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos – e, às vezes, apenas consultivos. São permanentes porque são determinados pela Constituição, além de criados por lei orgânica e regulamentados por seu regimento ou estatuto. São colegiados porque existe sempre uma “mesa” formada pelos representantes oficiais daquele conselho. Essas pessoas são chamadas conselheiras e têm responsabilidades perante o órgão. Geralmente, não são remuneradas para exercer essa atividade. Elas fazem parte do órgão, em caráter formal, cumprindo mandato de um ou dois anos. Para tal, a pessoa deve ter visibilidade e representatividade na área à qual diz respeito o conselho. Por outro lado, em muitos conselhos, os representantes da sociedade não podem ocupar cargo de livre nomeação no poder público na área de que trata o órgão. É o caso de conselhos do Fundeb, conselhos de assistência social e conselhos de saúde. Por último, são órgãos deliberativos porque visam à discussão que será encaminhada e transformada em ação – por vezes, em uma política pública. Determinam a ocorrência ou não de ações públicas, mas não lhes é atribuído executar a ação. As principais funções dos conselhos municipais são propor diretrizes das políticas públicas e fiscalização, controlar e deliberar sobre tais políticas.

### **Para nós, o que significa “participação cidadã” e quais compromissos implica?**

O conceito mais comum do termo, utilizado até meados da década de 1990, inclusive no PT, foi, majoritariamente, participação popular, designando o envolvimento de atores ligados a segmentos e movimentos sociais tradicionalmente marginalizados, que reivindicavam sua inclusão nos processos políticos e sociais. Isto porque os canais de participação existentes antes da Constituição Federal de 1988, além de serem apenas consultivos, eram compostos por pessoas consideradas de “notório saber”, indicadas pelos governantes, os “notáveis”<sup>25</sup>.

Historicamente, os espaços de poder e tomada de decisões foram hegemonzados por representantes das elites, que sempre negaram a existência de conflito de interesses na sociedade. Para estes setores, a “participação” significa uma retórica acionada para ocultar as contradições sociais e privilegiar seus interesses. O termo “participação cidadã” inclui e alarga a noção de participação popular. Ele pretende evidenciar que todos os atores sociais devem ser considerados nas ações públicas, sejam eles tradicionalmente marginalizados ou não, explicitando os conflitos a serem enfrentados. Deve-se ressaltar que os setores marginalizados e excluídos merecem atenção especial para estimular e garantir sua efetiva participação nos processos sociais e políticos. E cabe lembrar que as mulheres e a população negra são os setores mais atingidos pelas discriminações e preconceitos.

### **Portanto, o Programa e o Plano de Governo da gestão democrática e popular, bem como a Proposta de Mandato devem assumir como pressupostos que:**

- A participação cidadã e o controle social são poderosos instrumentos para superar a tradição clientelista e assistencialista que permeia a cultura política brasileira, responsável pela reprodução dos privilégios de poucos, em detrimento dos interesses da maioria da população.
- O exercício da participação cidadã e do controle social favorece a constituição de uma cultura democrática baseada em direitos e, por isso, esses instrumentos são considerados fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, na qual possam ser associados direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs à ação qualificada dos setores do poder público no Legislativo, no Executivo e no Judiciário.
- A esfera pública democrática constitui espaços de explicitação e negociação de conflitos, uma vez que os interesses dos diversos atores e segmentos sociais que dela tomam parte não são consensuais e harmônicos. Os conflitos fazem parte da convivência democrática e alimentam o debate de ideias, resultando na negociação de propostas. Por isso, a “esfera pública” demanda a existência de regras<sup>26</sup> democráticas explícitas que orientem a participação efetiva e isonômica<sup>27</sup> de todos os cidadãos e cidadãs no processo de discussão de seus interesses. Isso vale tanto para as iniciativas de setores da sociedade (movimentos e entidades sociais, iniciativa privada, ONGs) como para aquelas sob responsabilidade dos governos.

---

<sup>25</sup> Mesmo durante a ditadura militar, existiam os conselhos comunitários, formados por personalidades e autoridades indicadas pelos governantes, tais como, delegados de polícia, representantes do corpo de bombeiros ou lideranças da comunidade, desde que gozassem da confiança do governo.

<sup>26</sup> Segundo Raquel Raichelis, a esfera pública democrática deve prever: 1 – a possibilidade de participação da diversidade de atores sociais organizados em torno de suas demandas específicas e tradicionalmente excluídos dos processos de tomada de decisões; 2 – transparência das ações promovidas por todos os envolvidos, sejam da sociedade civil ou dos poderes públicos; 3 – possibilidade de realizar controle social sobre os processos em discussão; 4 – a representação de interesses e projetos coletivos que reflitam a diversidade dos interesses presentes na sociedade; 5 – a conformação de uma cultura pública que se contraponha às práticas fisiológicas e patrimonialistas, favorecendo a cultura dos direitos.

<sup>27</sup> Significa dizer que todas e todos participantes estarão sujeitos às mesmas regras e aos mesmos parâmetros orientadores dos processos de discussão e tomada de decisões.

- As regras que caracterizam a constituição da esfera pública democrática podem ser decididas em comum acordo entre seus componentes, mas devem partir de um patamar básico de entendimentos sobre a convivência de interesses distintos ou em conflito.

### Histórico da Participação Cidadã e Controle Social no PT

Desde as primeiras experiências de governos municipais do PT, em 1982, as gestões petistas são reconhecidas por implementarem canais institucionais<sup>28</sup> de participação popular, criando o que se convencionou chamar “modo petista de governar”, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade<sup>29</sup> ao adotar a prática do diálogo com os movimentos sociais, historicamente excluídos pelos governos dos processos de tomada de decisões.

No âmbito federal, os governos do PT (2003-2016) representam o momento histórico mais rico, intenso e amplo do processo participativo no Brasil. As diversas instâncias de diálogo foram ampliadas, fortalecidas e reconhecidas como espaços de debate e negociação para os processos de tomada de decisões. A interação entre governo e sociedade contribuiu para o melhor resultado das políticas públicas e tiveram importante papel indutor no fomento de processos democráticos não só na gestão federal, mas também nas instâncias estaduais e municipais.

Com o PT no governo federal, a participação social foi incrementada com:

- Criação de 19 novos conselhos nacionais e a reformulação de outros 16 – aumento de cerca de 50%;
- Realização de 103 Conferências Nacionais<sup>30</sup>, com a participação de mais de nove milhões de pessoas, sobre 40 temas diferentes (Antes dos nossos governos, foram realizadas apenas 41 Conferências Nacionais, que discutiram 11 temas). É importante destacar que as conferências foram organizadas com o apoio e o compartilhamento de responsabilidade entre representantes do governo e da sociedade civil;
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (“Conselhão”), composto por representantes de organizações sindicais e empresariais, dos movimentos sociais e das universidades, para assessoramento direto ao presidente/ à presidenta;
- Instituição de processo participativo na elaboração do Plano Plurianual<sup>31</sup>, com a criação de uma instância de monitoramento de sua execução (*ver mais sobre o Plano Plurianual no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente*);
- Foram promovidos inúmeros processos formativos e criadas linhas de financiamento público para que governos estaduais e municipais pudessem investir na formação de conselheiros e assegurar o funcionamento dos conselhos e a realização das conferências;
- Estímulo a outros canais de interlocução, como ouvidorias (foram criadas 270), audiências públicas, mesas de negociação ou de diálogo, para temas como salário mínimo ou monitoramento das demandas sociais.

Para dar perenidade à participação da sociedade, foram instituídos a **Política Nacional de Participação Social**<sup>32</sup> e o **Sistema Nacional de Participação Social**. A construção da PNPS e do SNPS, fruto de longo processo de debate entre governo e sociedade civil, teve início em 2007, com a realização de seminários, debates, consulta pública e a realização de Fóruns no âmbito do governo federal e de secretários estaduais de participação social. O Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a PNPS e o SNPS,

---

<sup>28</sup> Canais institucionais ou mecanismos institucionais são aqueles reconhecidos e normatizados pelos poderes públicos, por exemplo, os conselhos e conferências.

<sup>29</sup> Ver texto complementar “Orçamento Participativo”

<sup>30</sup> Ver texto Complementar “Conferências realizadas durante os governos do PT”

<sup>31</sup> Ver texto Complementar “Plano Plurianual”

<sup>32</sup> Ver Texto Complementar “Objetivos da Política Nacional de Participação Social”

provocou fortes reações no Parlamento e na mídia conservadora brasileira e foi, posteriormente, derrubado pela Câmara dos Deputados.

Além de todas essas ações, a instalação da **Comissão Nacional da Verdade**, mesmo com tantas resistências, conseguiu recuperar fatos importantes da nossa história recente, fundamentais para o processo de democratização do País.

Desde o golpe que interrompeu o mandato da presidenta Dilma, em 2016, os espaços de participação no âmbito federal têm passado por diversos ataques, como representação governamental sem abertura para o diálogo, não convocação das reuniões conforme calendário estabelecido e questionamentos ao caráter deliberativo de conselhos e conferências. Esse boicote acaba tendo repercussão no funcionamento dos canais de participação nos estados e municípios.

Em 2019, o governo Bolsonaro aprofundou os ataques à democracia e às diversas formas de ativismo social<sup>33</sup>. O mais grave deles, o Decreto 9759/2019, propôs a extinção de conselhos e colegiados participativos no âmbito do governo federal. Sabemos que o argumento utilizado - diminuir a burocracia da administração pública - é uma falácia, pois a extinção dos conselhos vai exigir a criação de novas instâncias internas ao governo para assumirem as competências exercidas por estes colegiados (funções de normatização, tomada de decisão, avaliação e monitoramento das políticas públicas etc.).

Nesse contexto crítico, é importante que os programas de governo e as propostas de mandato parlamentar do PT nas eleições de 2020 destaquem a defesa da democracia participativa e indique ações de fortalecimento dos canais de participação popular e cidadã e de controle social existentes no município e nas demais esferas de governo.

### **Participação e governabilidade ampliada**

Para um governo voltado para a transformação da sociedade, a participação cidadã, além de ética e politicamente justa, favorece a implementação do Programa e do Plano de Governo. Isso porque reforça a correlação de forças em favor da mudança, ampliando o conjunto de sujeitos que podem garantir a governabilidade. Ou seja, assegura que todos os setores ampliem o conhecimento sobre os conflitos e as informações de governo e também sobre a ação dos demais setores políticos e sociais que concorrem para a vida do município.

Com participação cidadã, há maior possibilidade de construção da governabilidade ampliada (não restrita às negociações com os agentes tradicionais), pois contribui para formar opinião e aglutinar forças em torno de projetos do governo. Se os projetos são bons, respeitados e apoiados por diferentes sujeitos sociais, o governo tem muito mais força para negociar com o Legislativo e os demais setores sociais.

Isso é muito importante porque, numa sociedade democrática, o Executivo (governo) é apenas uma parte do poder. O Estado Democrático brasileiro é formado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes entre si. E há ainda os poderes não institucionalizados dos vários segmentos sociais: empresariado, sindicatos, movimentos de base etc. No entanto, não existe igualdade na distribuição do poder entre estes segmentos. Historicamente, os setores com maior poder econômico elegem representantes dos seus interesses nas três esferas do Poder Público, permitindo influenciar os processos de decisão e deter importante parcela de poder político.

Portanto, além de possibilitar o encontro de melhores soluções para os problemas da população, a participação cidadã também fortalece a concretização do programa de governo e do Modo Petista de Governar. Mesmo o governo tendo capacidade e acúmulo técnicos e políticos para formular as políticas públicas, a elaboração terá maior legitimidade se incorporar a sociedade no processo, graças ao diálogo permanente sobre sua realidade e à visibilidade conferida aos diferentes interesses em disputa.

---

33 Ver Texto Complementar “Retrocessos no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social”

O PT reconhece que a sociedade tem o direito de participar ativamente, assumindo suas responsabilidades na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente. Por isso, sempre investiu na ampliação dos espaços de participação cidadã, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir. Assim, os governos e parlamentares do PT devem estimular e apoiar iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, sempre respeitando a independência dos movimentos sociais, pois é por meio do diálogo, sem temer ou escamotear os conflitos, que se disputa a hegemonia e se conquistam novos adeptos ao nosso projeto político.

### Diretrizes

**Observando a experiência de governos, mesmo diferentes em suas práticas, podemos identificar algumas condições básicas para implementar políticas de participação cidadã:**

- Além de fazer parte do método e do modelo de gestão das administrações e mandatos do PT, pois faz parte da nossa visão de democracia e se constitui em diferencial do nosso modo de governar, a participação da sociedade deve acontecer desde a concepção dos programas de governo e das propostas de mandato petistas, bem como ao longo de toda a campanha e, posteriormente, na concepção, no planejamento e na construção de políticas públicas, de acordo com as diretrizes da transição ecológica;
- Governar com participação e investir na mudança cultural e na capacitação dos agentes institucionais (administradores públicos, agentes públicos, parceiros) são responsabilidades de todas as áreas do governo e não apenas de um departamento, secretaria, coordenadoria ou de algum projeto como o Orçamento Participativo. Essa deve ser uma diretriz e prática de toda a equipe de governo;
- A participação cidadã e o controle social contribuem com as iniciativas de modernização administrativa, ao mesmo tempo em que a modernização favorece a participação e o controle social (*ver mais no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente*). Portanto, a participação cidadã e a modernização administrativa são essenciais à gestão democrática. Nesse sentido, é importante conhecer e se espelhar em inovações bem-sucedidas de gestões petistas como, por exemplo, o Governo Aberto<sup>34</sup>, cujos pilares são:
  - ✓ Modificar a visão da gestão de uma administração centrada no cidadão para uma administração conduzida pelo cidadão, ou seja, estabelecer um governo que adota abordagens e toma medidas para que cidadãos e empresas possam definir e comunicar as suas próprias demandas, participando ativamente do processo de elaboração de políticas públicas;
  - ✓ Promover uma gestão proativa no âmbito da elaboração de políticas públicas e prestação de serviços, isto é, um governo que formula políticas e serviços em antecipação às necessidades da população e aos processos de desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>34</sup> O Governo Aberto luta pela incorporação de quatro valores para incrementar governança e resolver os desafios públicos: 1) Acesso à Informação: Acesso público a informações mantidas pelo governo, e não apenas informações sobre atividades do governo. Exemplos: informações em dados abertos, liberação de informações proativas ou reativas, e mecanismos legais e regulatórios para fortalecer o direito à informação; 2) Participação Cidadã: Promover a participação pública formal ou abordar o ambiente operacional que permita a participação no espaço cívico. Algumas delas são: Abrir a tomada de decisões ao longo de todo o ciclo de políticas a todos os públicos interessados e reformas que melhoram a transparência e os processos democráticos formais, como propostas de cidadãos, eleições ou petições, além de envolvimento de empresas e empreendedores na agenda de governo; 3) Responsabilidade Pública: Regras, regulamentos e mecanismos que convocam os atores do governo a justificarem publicamente suas ações, com críticas, e aceitarem a responsabilidade pelo não cumprimento de leis ou compromissos. Exemplos: Auditorias cidadãs do desempenho do governo, melhorar ou estabelecer processos de recurso para negação de acesso à informação e criar sistemas públicos de rastreamento para processos de reclamações públicas (como linhas diretas policiais ou anticorrupção); 4) Novas Tecnologias e Inovação: Promover novas tecnologias que ofereçam oportunidades de compartilhamento de informações, participação pública e colaboração, uma vez que o engajamento público melhora entrega de serviços do governo. Algumas cidades do exterior com experiência de Governo Aberto: Madrid e Barcelona, na Espanha, e Lisboa, em Portugal. No Brasil, houve experiências de governo aberto em São Paulo/SP, Rio Grande/RS, bem como no governo federal, durante as gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma.

- Os (as) novos (as) prefeitos (as) e vereadores (as) devem dar um salto no que tange às experiências de participação de governos petistas anteriores, incluindo o envolvimento da sociedade por meio digital<sup>35</sup>, ampliando os temas<sup>36</sup> a serem debatidos pela população e incorporando, na sociedade, a dimensão de valores e práticas de cidadania<sup>37</sup>. Além de gerar uma cidade mais sintonizada com os interesses da população, essa participação estimula o sentido de pertencimento, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos;
- Para ampliar e fortalecer a participação cidadã, é fundamental que as gestões e parlamentares petistas aprofundem a democratização da informação, adotando sistemas mais transparentes, incorporando novas ferramentas de comunicação e permitindo o acesso universal e gratuito aos avanços tecnológicos mais recentes. Nesse sentido, pode ser necessário rever o conjunto das políticas de patentes, *copyright*, *royalties* de diversos tipos que acabam, por vezes, dificultando o acesso aos avanços que qualificam a participação da sociedade;
- Os canais de participação, institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo e planejamento participativo dos municípios devem ser respeitados e apoiados em suas decisões e atribuições;
- Os governos e parlamentares petistas devem procurar romper com a concentração de poder de modo a qualificar e ampliar a participação nos canais de debate com a sociedade;
- Conselhos e comissões têm tempo de mandato definido para seus integrantes e muitos deles têm legislação própria. É preciso respeitar esses mandatos, mesmo que seja para negociar mudanças necessárias;
- As informações necessárias devem ser explícitas, inteligíveis e devem ser disponibilizadas durante todo o processo. A manutenção dos privilégios no acesso à informação reduz a possibilidade da participação cidadã, o que pode ser provocado pelo uso de linguagem pouco compreensível, pelo atendimento a demandas e interesses privados ou pessoais e pela falta de democratização dos meios de comunicação<sup>38</sup> (jornal, rádio, Internet etc.);
- No âmbito interno dos governos, a participação informada e qualificada de todos os seus agentes, toda a equipe de governo (decisores por representação popular ou delegação, assessores, operadores de políticas, agentes públicos) garante planejamento e execução coerentes com diretrizes e mecanismos publicamente compromissados;

---

<sup>35</sup> Em tempos de alto uso de meios digitais pelo cidadão comum, é necessário utilizar esse mecanismo de participação da sociedade, seja nas discussões sobre orçamento, seja em outros temas de interesse coletivo. Nesse sentido, é válido conhecer experiências internacionais como Barcelona e Madri, na Espanha, e nacionais como no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que usam ferramentas de software livre para promover a participação cidadã a partir de plataformas e aplicativos virtuais.

<sup>36</sup> A ampliação de temas de interesse coletivos também deve se agregar às iniciativas de participação presencial e digital. Por exemplo, na criação de uma praça ou parque é possível discutir quais equipamentos devem ser instalados, que atividades devem ser desenvolvidas para as variadas faixas etárias, de que cor o mobiliário urbano deve ser, entre outras questões.

<sup>37</sup> Incorporar a dimensão de indução da população a valores e práticas de cidadania deve se tornar um eixo de atuação na nossa relação com a sociedade. Nossas experiências em todos os níveis de governo demonstraram que não basta garantir a participação da comunidade, é preciso construir uma sociedade mais solidária, que tenha como objetivo a redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil; é preciso tornar as pessoas mais comprometidas com o interesse comum, capazes de se envolver em ações comunitárias e de voluntariado e que percebam o valor da política.

<sup>38</sup> Os recentes avanços do populismo de direita e a erosão dos processos democráticos mostram a que ponto o oligopólio dos meios de comunicação gera deformações insustentáveis, clima de acirramento de divisões e aprofundamento de ódios e preconceitos. Uma sociedade bem informada é absolutamente essencial para o próprio funcionamento de uma gestão a serviço do bem comum.

- O compartilhamento de poder entre governo e sociedade na tomada de decisões sobre os assuntos em discussão é fundamental. O governo tem obrigação de explicitar seus projetos e interesses, e em casos específicos, deve defender o seu programa (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois é o ator central do processo participativo, e não mero porta-voz dos interesses difusos da sociedade;
- Sempre que possível, o governo deve apresentar, nos canais de participação, necessidades e problemas do município que não foram apontados pela sociedade como demandas, mas que são de urgente resolução<sup>39</sup>;
- A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade – preferencialmente organizada e institucionalmente reconhecida –, dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública, especialmente das políticas públicas, desde a sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade;
- A Constituição brasileira, as constituições estaduais e leis orgânicas municipais já estabelecem, desde 1988, direitos e instrumentos institucionais de participação e controle social, tais como plebiscito, *referendum*, conselhos, comitês, conferências municipais, estaduais e nacionais, orçamento participativo etc. Portanto, cabe aos governos e mandatos democráticos implementar os instrumentos institucionais de participação previstos nas legislações de acordo com as necessidades do município, respeitando as organizações existentes, garantindo o espaço destinado à sociedade civil e estimulando que mais pessoas se envolvam nos processos decisórios;
- A diversificação dos canais de participação inclui a necessidade de se criar um “sistema de participação”, que consiste em implantar mecanismos de articulação e sinergia entre todos esses canais, com a perspectiva de potencializar os esforços investidos na democratização da gestão e no controle social e dar passos concretos na consolidação de uma cultura democrática e transformadora da vida pública. O sistema de participação poderá resgatar o papel das Conferências e dos Planos deliberados nas três esferas de gestão, reconhecendo-os como importantes referências para orientar a relação dos gestores com os conselhos;
- O Orçamento Participativo<sup>40</sup> deve ser o carro-chefe da participação cidadã nos governos petistas. Nessa conjuntura de crise fiscal, este instrumento é ainda mais importante, pois permite que o governo explicita as dificuldades para a população, identifique as principais prioridades de cada região e da cidade, bem como perceba oportunidades de ações relevantes de baixo custo;
- A definição dos investimentos a serem feitos no município deve considerar as demandas da comunidade nas quais a população está mais engajada;
- Uma mudança promovida pelas gestões petistas que deve ser mantida é a discussão, com a população, no primeiro ano de governo, do Plano Plurianual, tornando a participação presente em todo o processo de planejamento do governo municipal. Essa medida é importante, pois permite que se estabeleçam as principais prioridades do município no médio prazo, orientando a ação da administração municipal ao longo dos quatro anos de mandato, bem como as futuras discussões do Orçamento Participativo;
- As administrações petistas devem utilizar indicadores que promovam uma maior qualidade na gestão e mais eficiência e inteligência fiscal;
- O aprofundamento da participação cidadã se dá, também, com um maior engajamento e comprometimento dos servidores públicos com a população;

---

<sup>39</sup> Exemplo: a sociedade demanda um novo posto de saúde, mas o município está com problemas graves de saneamento. Então, o governo deve apresentar o problema e defender a prioridade em solucioná-lo.

<sup>40</sup> A adoção do OP implica não apenas na discussão das prioridades, mas também no acompanhamento das ações incorporadas pela população. Toda administração tem limites de capacidade para realizar as ações desejadas e, por essa razão, é necessário criar um sistema de monitoramento que garanta a realização das ações do governo, em especial aquelas indicadas pela população (*ver mais detalhes no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente*).



## Ações

**Para que a participação cidadã e o controle social sejam efetivos e constituam esferas públicas democráticas, é preciso:**

- Reativar e fortalecer os canais existentes de participação e controle social de políticas públicas, tais como conselhos, comitês, comissões, fóruns, audiências, conferências, consórcios e outras, institucionalizados ou não, oferecendo infraestrutura e condições de funcionamento.
- Estimular a articulação entre os diversos canais institucionais de participação, como os conselhos setoriais e o orçamento participativo, buscando superar a segmentação e setorialização das políticas sociais;
- Integrar, sempre que possível, o trabalho dos conselhos, de modo a pensar, de forma articulada, o desenvolvimento do município;
- Estimular a organização autônoma de trabalhadores e usuários das políticas sociais executadas no município (Fóruns de Trabalhadores e Fóruns de Usuários, por exemplo);
- Implementar ações de fortalecimento das instituições e grupos da sociedade<sup>41</sup>, contribuindo para estabelecer relações entre governo e sociedade e para estimular o desenvolvimento de novos agentes sociais, de forma democrática e duradoura, promovendo uma cultura de participação e defesa de direitos;
- As decisões do governo devem levar em consideração o diálogo estabelecido nos canais institucionais de participação e a articulação deles com os canais próprios de expressão da sociedade;
- Criar condições para o exercício da participação, tais como: ampliar a convocação de participantes para as reuniões; fornecer informações transparentes sobre a gestão municipal; utilizar as tecnologias de informação e comunicação; orientar a participação dos representantes do governo; realizar as reuniões em datas, horários, locais que facilitem a participação da população; divulgar os procedimentos e as regras de participação, sempre considerando a cultura local, a diversidade de agentes e o uso de diferentes linguagens (incluindo braille e Libras – Língua Brasileira de Sinais);
- Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de idéias, sugestões e propostas nos espaços criados pelo poder público. Para isso, as atividades devem ser planejadas com antecedência, providenciando a organização das informações para que possam ser apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e, quando possível, utilizar a linguagem de teatro, projeção de filmes e outras estratégias capazes de tornar as atividades mais agradáveis;
- Considerar o analfabetismo funcional, isto é, a incapacidade de algumas pessoas entenderem e interpretar textos, de se expressarem razoavelmente por escrito, de usarem suficientemente a leitura e a escrita. Nesse sentido, é fundamental apoiar as iniciativas da área da educação, diligenciando esforços para a superação do analfabetismo, inclusive das pessoas identificadas nos processos de participação;
- Contemplar novas tecnologias de informação e comunicação, de forma a fomentar a criação de redes<sup>42</sup> cidadãs de relação com serviços e espaços públicos. Nesse sentido, recomenda-se adotar plataformas virtuais de consulta à população sobre temas a serem encaminhados pela municipalidade e

---

<sup>41</sup> Tais como: orientações para criação e gestão de entidades e associações, apoio a encontros e conferências de grupos sociais ou sindicais, fóruns populares, entre outros.

<sup>42</sup> Essa rede pode buscar a mobilização para a construção ou reforma de uma praça, de uma unidade de saúde, para obter recursos para um grupo de apoio da unidade de saúde, para reivindicação de pavimentação na rua, para organização do campeonato de futebol, para a construção de passarelas, para a criação de equipamentos de lazer em parques e praças, para ampliação de salas de aula etc.

pelo Orçamento Participativo. A ideia é potencializar, a partir de plataformas de governo aberto, um espaço público não-governamental e autorregulado de decisão e relação permanente com a sociedade;

- Implementar processos de Orçamento e Planejamento Participativo;
- Promover os encaminhamentos necessários à implementação dos conteúdos consolidados nos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais, elaborados nas respectivas conferências e demais instâncias de participação;
- Conhecer e acompanhar o calendário de conferências nacionais previstas e apoiar a sua realização;
- Convocar audiências públicas para debater as demandas da população e buscar alternativas aos problemas levantados. Se não for possível atender a todas as reivindicações, é necessário dialogar sobre a situação do município, compartilhando informações sobre as dificuldades enfrentadas;
- Realizar debates, seminários ou aulas públicas para dialogar sobre temas que têm impacto direto nos municípios, como a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional de congelamento do orçamento, a exclusão de beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mudanças climáticas, entre outros;
- Esclarecer a população que os espaços de participação são processos e não eventos, diretamente vinculados à forma de governo e de organização da sociedade. Esses espaços devem existir nos diferentes processos de planejamento das políticas de desenvolvimento da cidade. Isso significa que devem ser assegurados no Plano de Governo;
- Promover atividades de formação sobre as políticas sociais, o funcionamento da gestão pública, o papel dos canais de participação e a importância da gestão democrática tanto para conselheiros e conselheiras quanto para a sociedade civil;
- Reconhecer o Legislativo como um poder autônomo, com o qual o Poder Executivo deve se relacionar, bem como estimular os vereadores e as vereadoras a acompanhar e dialogar com os debates e decisões promovidos nos canais de participação;
- Apoiar a criação de uma Frente Parlamentar em defesa da participação e da democracia participativa;
- Incluir a aplicação de emendas parlamentares do município nos debates promovidos nos canais de participação social;
- Promover campanhas educativas sobre o papel dos governantes (a diferença das responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal; o papel do vereador e da vereadora, deputados e deputadas estaduais e federais; as instâncias de apelação pela ordem: o responsável direto pelo serviço, a ouvidoria, o Ministério Público etc.);
- Apoiar projetos que, mesmo sem ter recursos orçamentários diretos, tenham uma articulação por parte da população organizada para realização, como recuperação de praças, cuidado de jardins públicos, construção de parquinhos etc.

## **Eixo – Políticas Sociais e a Realização de Direitos**

Nossas políticas e nosso projeto de sociedade estão voltados à justiça social e à garantia de liberdade para todas e todos, inspirados pela perspectiva estratégica defendida por nosso partido, que é o socialismo democrático. O PT entende que a garantia de direitos, por meio da realização de políticas sociais, é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e melhorar a vida das pessoas. Ao mesmo tempo, é preciso contribuir para que construam consciência crítica sobre as razões das injustiças, bem como dos projetos políticos que as sustentam.

Nas eleições, apresentaremos propostas articuladas que integrem políticas e ações para diminuir a miséria, promover o desenvolvimento e a transição ecológica nas cidades, ampliar e assegurar qualidade dos serviços públicos, esclarecendo o que é responsabilidade do município e o que é responsabilidade dos governos estaduais e federal.

Para a elaboração de programas e planos de governo e propostas de mandato parlamentar a partir das orientações do Eixo Políticas Sociais e a Realização de Direitos, é preciso que possamos discutir com a população o que são políticas sociais e por que as defendemos, em vez de ações pontuais ou espetaculares. Trata-se de apresentar políticas para garantir direitos, a partir da defesa da constituição, e não para vender serviços.

A construção do programa pode e deve contar com a participação do maior número de pessoas possível, pois o domínio das propostas contribui para o envolvimento dos participantes com o projeto.

Assim, definimos políticas sociais como um conjunto de concepções, objetivos e ações de governo, realizadas em áreas específicas, voltadas à garantia de direitos estabelecidos constitucionalmente ou mesmo sua ampliação em atendimento de necessidades sociais em diversos campos.

As políticas sociais devem estar voltadas à promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e da liberdade de orientação sexual e religiosa. Essas políticas dizem respeito diretamente à concretização de direitos sociais e são tencionadas pelo conflito de interesses em disputa na sociedade, especialmente pelas concepções neoliberais que, como já apontamos, pretendem diminuir direitos de toda ordem, reduzir os gastos do Estado, especialmente com os mais pobres, e transformar direitos em mercadoria. Este eixo envolve as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, inclusão digital, ações afirmativas.

As políticas sociais fazem parte das responsabilidades do governo, seus marcos legais são estabelecidos pelos parlamentos em nível nacional, estadual e municipal, a partir da Constituição Federal. Além disso, os governantes e parlamentares, tendo consciência plena ou não, ao apresentarem propostas, abraçam conceitos e definem para quem vão governar: se para a maioria do povo ou para as elites, se vão defender direitos ou privilégios. Para tanto, a sociedade deve participar das formulações e da luta para elevação dos padrões de acesso e qualidade, visando promover avanços e impedir retrocessos.

### **Defender um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas**

O PT assegurou, em suas experiências de governo<sup>43</sup> a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma não apenas se beneficiaram do conhecimento acumulado com as experiências de gestões petistas nos municípios e estados, já apontado, como aprofundaram e ampliaram a qualidade e o alcance das políticas sociais, além de construírem políticas em todas as áreas, com a sociedade e os outros níveis de governo, a partir dessa perspectiva.

Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma demonstraram aquilo que o PT tem defendido desde sua criação: é possível governar o país para distribuir a renda, garantir e ampliar direitos, impulsionar o desenvolvimento sustentável, maior distribuição de renda e participação popular e cidadã.

---

<sup>43</sup> Ver Revista Legado dos Governos do PT

Mesmo no contexto de um governo nacional que desmonta as políticas sociais e ataca os pobres<sup>44</sup>, é muito importante que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar indiquem a importância das prefeituras irem até o cidadão e a cidadã que não têm condições sociais de demandar seus direitos no campo e nas áreas urbanas. Os municípios têm um grande trabalho a realizar e podem se apoiar, para isso, na concepção da ação Busca Ativa do Plano Nacional Brasil Sem Miséria, realizado pelo governo da Presidenta Dilma.

### **Plano Brasil Sem Miséria**

O Plano Brasil Sem Miséria foi criado em 2011 pela Presidenta Dilma para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas eram prioridades no Plano.

Para lidar com tantos desafios, o Brasil Sem Miséria se organizou em três eixos:

- garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;
- acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias;
- inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

No governo da Presidenta Dilma, o plano era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), contando com a participação de 22 ministérios, além da parceria de estados e municípios, de bancos públicos, do setor privado e da sociedade civil.

A seleção das famílias, feita com base no Cadastro Único, também era coordenado pelo MDS, e os municípios ficavam responsáveis pelo levantamento e preenchimento dos dados das famílias nesse cadastro.

Para localizar e identificar todas essas famílias de baixa renda existentes no Brasil e incluí-las no Cadastro Único, o governo federal utilizava a Busca Ativa.

A Busca Ativa era, portanto, uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria para fazer o Estado chegar até as pessoas mais pobres do Brasil e inclui-las no Cadastro Único, permitindo que elas tivessem acesso aos benefícios do Bolsa Família e de outros programas sociais do governo federal, além de facilitar o acesso a serviços sociais básicos nas áreas da saúde, educação, assistência social, saneamento, trabalho, entre outros.

Todas as metas inicialmente colocadas para o Brasil sem Miséria foram cumpridas, levando o país a um novo patamar em termos de proteção social.

Os aprimoramentos que o Plano proporcionou ao Bolsa Família permitiram acabar com a extrema pobreza no universo do programa, retirando 22 milhões de pessoas da miséria. Mais de 1,75 milhão de pessoas de baixa renda se matricularam em cursos de qualificação profissional do Pronatec, melhorando suas perspectivas de trabalho e renda. Mais de 960 mil cisternas, incluindo as de consumo e as de produção, foram construídas e entregues desde o início do Brasil sem Miséria. E os repasses da Ação Brasil Carinhoso aos municípios contribuíram para que a quantidade de crianças do Bolsa Família matriculadas em creches aumentasse 33% entre 2011 e 2014. Esses são apenas alguns dos principais resultados alcançados pelo Plano.

Toda política pública social deve ter como meta o atendimento a todos os cidadãos e cidadãs, respeitando suas especificidades, e deve ser garantida no âmbito municipal, por meio de ações executadas pelo poder público.

---

<sup>44</sup> Ver texto sobre retrocessos

Quando da formulação de propostas que envolvam estabelecimento de convênios com entidades da sociedade civil, para a realização de programas e projetos em uma determinada área, é necessário apontar a responsabilidade do governo municipal e buscar assegurar o controle da sociedade. Em tempos de privatização, é preciso demonstrar a distinção entre a terceirização e o estabelecimento de parcerias onde a responsabilidade pública fica explícita, sempre que o poder público não puder realizar diretamente a oferta do serviço. Tornar clara essa diretriz em relação às políticas sociais permite enfrentar o debate com os partidos conservadores que defendem a redução das responsabilidades do Estado, transferindo para a sociedade recursos públicos destinados a executar serviços essenciais à população.

### **Construção articulada e integrada das políticas sociais**

Para eficácia das políticas e bom uso do dinheiro público, é recomendável que as orientações e o processo de gestão das políticas favoreçam a articulação e a coordenação intersetorial e matricial das ações, isto é, trata-se de incentivar a coordenação de políticas e programas que envolvam mais de uma secretaria ou área, sob coordenação central de governo superando a tradicional fragmentação em função da estrutura vertical de cada área – legislação federal, vinculações orçamentárias etc. (*ver mais sobre esse tema no Eixo Gestão Ética, Democrática e Eficiente*).

A implantação das políticas públicas deve considerar as necessidades e a desigualdade territorial no município. Isso implica distribuição adequada de equipamentos e serviços públicos, favorecendo exatamente os lugares mais desiguais, social e economicamente, e provendo soluções para as necessidades e demandas de seus moradores e moradoras.

Por isso tudo, é fundamental a instituição do planejamento integrado das políticas públicas e acompanhamento de sua execução. Para tanto, é importante também investir na formação e na comunicação, visando ampliar o conhecimento da sociedade sobre elas.

O primeiro passo é fazer o diagnóstico da situação inicial da estrutura de gestão e de legislação do município. Conhecer a legislação que regula cada área, orçamento previsto e executado na cidade, as condições de acesso ao serviço; quantidade de pessoas atendidas em relação à demanda, situação dos equipamentos públicos; prédios e equipamentos; condição de provimento de materiais e módulos de pessoal; qualidade dos serviços; estrutura e dinâmica de gestão; se e como a população participa da discussão e definição de leis e políticas.

### **Gestão democrática, eficiente e com controle social**

Os governos petistas criaram e implantaram canais e mecanismos de diálogo e participação na gestão das políticas sociais, nas fases de elaboração, planejamento, execução e avaliação, que se tornaram características amplamente reconhecidas do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, conforme demonstrado no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social.

A participação dos setores sociais diretamente interessados na elaboração e execução das políticas sociais contribui para disputar junto à sociedade as concepções e valores que constroem a cultura de direitos e cidadania. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o clientelismo e a expectativa de obter privilégios na relação com atores públicos (fundamento do patrimonialismo) são muito enraizados em nossa sociedade. Por isso mesmo, os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar são instrumentos para evidenciar as posições e buscar construir maioria em torno delas.

É muito importante incorporar que a interlocução com a sociedade sobre programa ou proposta de mandato durante a campanha é necessária e será uma diretriz dos futuros mandatos, por meio dos canais de participação e de controle social, e deverá contribuir para a discussão dos interesses em conflito e para a democratização do acesso e qualidade das políticas.

A definição de diretrizes e critérios públicos, elaborados e pactuados com ampla participação cidadã e expostos ao controle social, é uma característica que distingue uma política social de interesse público dos serviços oferecidos pelo mercado e atrelados a interesses pessoais e privados (*rever esse tema no Eixo Participação Popular e Cidadã e Controle Social*).

### **Promover igualdade com equidade, superação das iniquidades e a defesa dos direitos humanos.**

A experiência histórica da escravidão e a exploração das mulheres são partes inseparáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil e têm deixado marcas profundas na sociedade brasileira. Essas práticas deletérias demonstram que as contradições de classe e as assimetrias de raça e gênero estruturam as desigualdades no País, tendo por base profundas hierarquias e processos de exclusão.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, abarcam as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades, justificam constar, nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, políticas sociais reparadoras e ações afirmativas, como aquelas realizadas por governos petistas, especialmente pelos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, defendidas pelo partido tendo como amparo a Constituição Federal.

A igualdade entre as pessoas é pressuposto básico dos direitos humanos fundamentais. É preciso mostrar à sociedade [todos os ataques que têm sido desferidos pelo governo Bolsonaro](#).

Devemos propor políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social de qualquer natureza enfrentando, por exemplo, doutrinas como a do chamado “marxismo cultural”.

O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, tradicionalmente, ou mais diretamente, atribui-se essa condição. As ações adotadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, como o programa Bolsa Família, os serviços socioassistenciais, a rede de proteção social, a política de segurança alimentar e nutricional e o Plano Brasil Sem Miséria se constituíram em políticas entendidas como direitos, superando ações pontuais, fragmentadas e fragmentárias que marcaram práticas de governos anteriores.

Os nossos planos e programas de governo e propostas de mandato parlamentar devem prever a promoção do respeito aos direitos humanos, articulado com os direitos sociais, civis e políticos, direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, a não discriminação, ao tratamento justo e digno para todos os cidadãos e cidadãs:

- Estabelecer políticas municipais específicas para as crianças e adolescentes, entendendo-as como sujeitos de direitos, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltadas à Erradicação do Trabalho Infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.
- Assegurar os direitos específicos da juventude (15 a 29 anos) nas políticas públicas, de acordo com as diretrizes apresentadas no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que são: educação; profissionalização; direito ao trabalho e à renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; esporte e lazer; direito ao território e à mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça.
- Propor ações específicas para a pessoa idosa, fortemente atingida pelas políticas neoliberais no Brasil, partindo do Estatuto do Idoso, promulgado durante o governo do Presidente Lula. Podemos tomar como referência, consideradas as limitações de cada município, a formulação dos programas desenvolvidos durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, tais como: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos com mais de 65 anos; o Programa Saúde do Idoso, visando à promoção do envelhecimento ativo e saudável; a Carteira do Idoso; Cartão Nacional de Saúde; Farmácia Popular; Saúde da Família; SOS Emergências; Programas de Prevenção de doenças reumáticas, diabetes, entre

outras. Além disso, é fundamental que as pessoas idosas possam frequentar os espaços públicos da cidade, desfrutar do lazer e ter acesso à produção cultural e práticas esportivas. Para tanto, as políticas públicas devem prever condições de segurança e mobilidade para que estas pessoas não sejam excluídas e alijadas da convivência social.

- É fundamental a construção de políticas para as pessoas com deficiência, desafio para o qual todos e todas devem estar muito atentos (as) e preparados (as). É preciso desenvolver iniciativas que garantam condições de acessibilidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais, de lazer e de educação do corpo. Além disso, é necessário desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e prever o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência.

### **Políticas específicas – Diretrizes e ações para as eleições de 2020**

Nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, é fundamental prever políticas específicas, levando-se em conta os planos nacionais, elaborados nas conferências nacionais, e políticas desenvolvidas pelos governos do PT, incluindo aquelas desmontadas pelo governo Bolsonaro.

## Políticas de Segurança Cidadã

*Ou temos Segurança Pública para Todos ou Ninguém está Seguro*

O Programa de Segurança Pública apresentado na campanha do Presidente Lula em 2002 tinha como perspectiva uma ampla reforma do sistema de segurança pública do país, promovendo mudanças infraconstitucionais e constitucionais. A criação de um Sistema Único de Segurança Pública no Brasil, sugerido pelo programa do Partido dos Trabalhadores (PT), era pautado em amplas reformas estruturais.

Na esfera constitucional, previa um novo marco legal do artigo nº144 da Constituição Federal, com a extinção dos tribunais e auditorias militares estaduais, lei orgânica única para as polícias, desvinculação das polícias militares enquanto reserva do Exército, investigação sem indiciamento e a perspectiva do estabelecimento de piso nacional para as polícias estaduais, entre outros.

No âmbito infraconstitucional, o programa previa várias reformas que dependiam exclusivamente de vontade política dos governadores dos estados, tais como:

- Mudanças dos Regulamentos Disciplinares das PMs;
- Controle rigoroso do uso da força letal por policiais;
- Autonomia dos órgãos periciais;
- Corpo de Bombeiros desvinculados das polícias estaduais;
- Reformulação das leis orgânicas das polícias estaduais;
- Ouvidorias de Polícia independentes e autônomas nos estados;
- Unificação progressiva das academias e escolas de formação das polícias estaduais;
- Criação de órgão integrado de informação e inteligência;
- Programa integrado de Saúde Mental nas polícias, com profissionais de fora das instituições policiais;
- Grupo Unificado de Mediação de Conflitos.

Infelizmente, grande parte das propostas do programa de segurança do presidente Lula não se tornaram políticas públicas nas esferas federal e dos estados. Resgatar e implementar este que foi o mais amplo programa de reformas estruturais do setor de segurança pública apresentado na República representa o nosso grande desafio.

O sistema de segurança pública do país ainda é marcado por uma cultura oligárquica e de preconceito contra a as pessoas pobres e as pessoas negras. Em 2017, o Brasil registrou 63.880 mortes violentas, principalmente em estados do Nordeste. Houve uma redução nos anos de 2018 e 2019, mais as mortes violentas no país ainda passam de 50 mil por ano. Dados disponíveis indicam que, em média, 65% das mortes violentas atingem os jovens pobres e negros das periferias do Brasil. Portanto, é urgente e necessário um **Amplio Programa Federal de Redução dos Homicídios** no país e políticas estruturantes para a juventude, em especial, para os jovens periféricos.

### Políticas de Segurança Cidadã nos Municípios

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, criado na gestão do presidente Lula é um marco na inclusão dos municípios na segurança pública.

Dos 94 projetos e ações do programa aos quais o governo federal destinava recursos, 50% eram para projetos de prevenção nos municípios. Em um dado momento, os recursos aos municípios ultrapassaram 300 milhões de reais. Foi com certeza o maior programa de inclusão dos municípios na segurança pública feito na República.

Projetos como **Mulheres da Paz** e **Protejo**, destinados a juventude e vídeo-monitoramento das cidades, foram implementados em vários municípios de todas as regiões do país.

A metodologia do programa consistia em criar Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, que articulavam todas as secretarias sociais municipais e as representações das polícias estaduais no município. Os grandes



articuladores dos GGI-M eram os prefeitos e prefeitas municipais, fundamentais para garantir matricialidade nos projetos e ações.

### **Aos Municípios cabe Ação Complementar na Segurança Pública**

É sabido que a responsabilidade pela Segurança Pública, *scriptu sensu*, é do Estado. Enfrentar a criminalidade comum e a organizada cabe às polícias civil e militar. Estas representam mais de 80% do efetivo policial no país, enquanto as polícias da União representam os outros 20%.

Aos municípios cabe ação complementar, sobretudo naquilo que historicamente tem sido uma dificuldade na atuação do Estado: a prevenção do crime e da violência.

Uma Política Municipal de Segurança Pública visa reforçar este papel protagonista que o Poder Público Municipal tem na área, em especial no que se refere à sua atuação por meio de políticas públicas locais de prevenção do crime e da violência.

O conceito de Segurança Cidadã pode ser definido como articulação permanente de ações preventivas policiais e ações sociais que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais da violência, por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas.

Mas a segurança municipal preventiva cidadã depende também de variáveis extrapoliciais, tais como o ambiente comunitário, os equipamentos coletivos de qualidade, a infraestrutura social e urbana, o meio ambiente e os serviços de utilidade pública.

Isso porque parte dos problemas de segurança vivenciados pelos cidadãos e cidadãs no espaço público ultrapassa ou não se limita à intervenção policial. A violência é multicausal, por isso, requer cooperação das comunidades e dos diversos órgãos públicos prestadores de serviços essenciais à população para promover seu enfrentamento e prevenção.

A iluminação pública nos bairros, fiscalização de posturas relativas ao ordenamento e uso e ocupação urbano e rural, o saneamento básico, a zeladoria da cidade são fatores que contribuem para a qualidade de vida e para prevenir a violência, portanto, dialogam com ação complementar da segurança pública.

Para que uma política municipal de segurança cidadã tenha êxito, o prefeito e a prefeita têm o papel de ser o principal gestor e articulador da política de segurança, porque ela tem que ser intersectorial, matricial e intersecretarial. Se o (a) chefe do Executivo não assumir essa tarefa, a política não se consolida.

Um dos exemplos foi a política de segurança municipal de Diadema/SP, na gestão do Prefeito Filippi, do PT. A política de fechamento de bares às 22 horas, na cidade, que foi responsável pela diminuição dos índices de homicídios dolosos, foi realizada após diagnóstico de que grande parte dos homicídios dolosos aconteciam dentro ou no entorno dos bares e, principalmente, porque o prefeito assumiu a coordenação da política municipal de segurança pública, o que garantiu articulação com as instituições policiais na cidade e das secretarias sociais do governo. Uma das hipóteses dessa política de fechamento de bares não ter tido êxito em outros municípios talvez seja a falta dessas duas premissas.

Portanto, o primeiro passo para ter uma política municipal de segurança cidadã é fazer um amplo **Diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade**, ouvindo representantes das polícias estaduais do município e da comunidade, conhecendo o perfil socioeconômico da cidade, relação de equipamentos públicos e detecção de vulnerabilidades que se relacionam com o tema segurança pública.

### **Propostas indicativas para política municipal de segurança pública cidadã**

#### **▪ Fóruns locais comunitários**

Realizados em parceria com a sociedade civil local, pretendem ser intersecretariais, integrados e participativos. Têm por objetivo: Garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais econômicos;

fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco da violência. A articulação de várias secretarias garante a integração entre os vários projetos na perspectiva da governança cooperativa, que garantirá a sustentabilidade do Programa Municipal.

#### ▪ **Projeto Guardiã Maria da Penha**

O projeto Guardiã Maria da Penha é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Promoção das Mulheres e o Ministério Público. Em São Paulo, na gestão Fernando Haddad, mais de 100 mulheres da região central foram protegidas. A violência contra a mulher e o aumento do feminicídio no Brasil devem ser uma preocupação e prioridade dos governos locais. Em Salvador, na Bahia, o projeto Guardiã Maria da Penha, feito em parceria com a Polícia Militar, também tem apresentado bons resultados.

#### ▪ **Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade**

Utilizar novas tecnologias para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência vem se tornando uma das principais ferramentas da Segurança Municipal. Uma experiência exitosa foi o Centro Integrado de Monitoramento na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na gestão do prefeito petista Luiz Marinho. O Centro Integrado reuniu a Guarda Civil Municipal e as polícias estaduais. As câmeras de segurança foram instaladas prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego.

#### ▪ **Gestão de Informação**

As secretarias municipais agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde.

A notificação compulsória permite compreender dinâmicas de violências que são altamente subnotificadas nos distritos policiais, como por exemplo a violência doméstica.

#### ▪ **Abertura das escolas municipais nos finais de semana**

A juventude das periferias das cidades tem poucos espaços de lazer, cultura e esporte. A abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade aproxima a população do ambiente escolar e se torna a própria alternativa de lazer aos jovens do entorno da escola.

#### ▪ **Gabinete de Gestão Integrada Municipal**

Retomar os Gabinetes de Gestão Integradas Municipais, criados no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo do Presidente Lula. O GGI-M deve integrar todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e os representantes das polícias estaduais na cidade. Para que o GGI-M tenha envergadura política, deve haver participação efetiva das secretarias e das polícias, tendo o prefeito o papel de coordenador político do GGI-M.

#### ▪ **Guarda Civil Municipal Preventiva e Comunitária**

Se cabe aos municípios ação complementar na segurança pública, nos municípios governados pelo PT que possuam Guardas Civis Municipais, a tarefa estratégica da Guarda Civil Municipal é ser uma das principais, senão a principal referência de política preventiva e comunitária da cidade.

Não cabe às Guardas Civis Municipais disputar espaço com a Polícia Militar. Realizar policiamento ostensivo repressivo é uma atribuição exclusiva da PM e não das Guardas Civis Municipais.

No governo da Presidenta Dilma, foi aprovada a primeira lei federal relacionada às Guardas Civis Municipais (lei nº 13.022/14), conhecida como “Estatuto Geral das Guardas Civis Municipais”. A lei federal deveria ser parâmetro para as ações das Guardas Civis Municipais em todo Brasil. Mas, infelizmente, ainda

não é. Uma das hipóteses de a lei federal não ser parâmetro são as interpretações equivocadas sem embasamento no próprio texto da lei, que traz as competências exclusivas das Guardas Civis Municipais.

Todas as 18 atribuições previstas na lei como competências das Guardas Civis Municipais propõem ações preventivas e comunitárias. Não há, entre as atribuições, a prerrogativa de realizar policiamento ostensivo repressivo. Entretanto muitas Guardas Civis Municipais realizam, inclusive em governos municipais do PT.

Pautado na lei federal que instituiu o Estatuto Geral das Guardas, elencamos algumas ações que devem ser prioridades das Guardas Civis Municipais:

#### **a) Segurança Escolar**

Implantar segurança escolar.

O que mais deveria marcar a identidade de uma Guarda Civil Municipal é o Programa Segurança Escolar, com o objetivo de garantir que escolas da Rede Municipal tenham presença fixa de guardas civis municipais e que eles promovam interação com a comunidade escolar e seu entorno. Se não houver efetivo suficiente para presença física, é indicado que façam rondas preventivas nas entradas e saídas dos alunos.

#### **b) Patrulhas Guardiãs Maria da Penha**

Criar as Patrulhas Guardiãs Maria da Penha.

#### **c) Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário**

A mediação de conflitos é uma das atribuições das Guardas Civis Municipais, prevista na lei nº13.022/14. Em São Paulo, na gestão Haddad, mais de 200 GCMs foram formados pelo Poder Judiciário para ser mediadores de conflitos. O objetivo era resolver pequenos conflitos, por meio da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. O juiz homologava as decisões, fruto das mediações.

#### **d) Fiscalização e Orientação no trânsito**

O Trânsito é uma das principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a secretaria de transporte e contando com suporte de vídeo-monitoramento, as Guardas Civis Municipais podem e devem realizar fiscalização e orientação no trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, uma das atribuições previstas na lei federal.

#### **e) Realizar Policiamento Preventivo na Cidade**

A principal novidade na lei federal 13.022/14 é que coloca como um dos princípios de atuação das Guardas Civis Municipais a realização de policiamento preventivo. Mesmo que muitas já o realizassem antes da lei, só com a regulamentação federal as Guardas Civis Municipais passaram também a ter a competência de realizar um tipo específico de policiamento, que é o policiamento preventivo, além de cuidar dos próprios públicos. Muitos, equivocadamente, passaram a acreditar que com este princípio de atuação as Guardas Civis Municipais têm a mesma competência da PM no município. Não têm. As PMs são responsáveis por manter a ordem pública e realizar policiamento ostensivo repressivo e preventivo, apesar de fazerem mais o repressivo. As rondas preventivas realizadas pela Guarda Civil Municipal devem ser diferentes da PM, em especial, ter uma forma nova de abordagem que caracteriza uma agência municipal preventiva e comunitária. Sem ROMU.

#### **f) Ações Interdisciplinares**

Talvez, a atribuição da lei federal que mais caracteriza a identidade das Guardas Civis Municipais seja a XII, do artigo 4º: “articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município”.

Por fim, cabe destacar que disputamos um modelo de Estado, no qual a cidadania e o Estado Democrático de Direito são pilares dos nossos governos. Para colocar esse modelo em prática, com políticas públicas que criem um novo conceito de segurança pública no Brasil, temos que ter a perspectiva de enfrentar o senso comum e as propostas ou políticas reativas que alimentam a violência e o crime.

## Políticas para a Educação

No quinto ano de vigência do ultraliberalismo, implementado com o golpe de 2016, são crescentes as restrições derivadas da reforma trabalhista, associada à EC 95, cujos impactos perversos se somam às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); à desqualificação significativa resultante do chamado “novo ensino médio”; da “nova previdência” social; do desmanche dos programas nacionais de pesquisa; de formação inicial e continuada; dos contingenciamentos orçamentários que sufocaram universidades e institutos públicos de educação, ciência e tecnologia.

Estamos próximos do fim da vigência do FUNDEB, enfrentando as PECs de extinção de fundos setoriais, da desvinculação, desoneração e desindexação dos orçamentos públicos, de emergência financeira com a previsão de redução de jornadas e de salários, extinção de carreiras, privatização de serviços e transferência direta de fundos públicos às instituições privadas de ensino.

O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, hoje, deve ser uma resposta cabal à retirada de direitos, comandada pelo governo Bolsonaro, que transforma a vida do povo brasileiro em um turbilhão de insegurança e incertezas.

O direito à cidade, com todas as suas peculiaridades culturais e identitárias, geradoras de bem-estar, de segurança e felicidade para as pessoas, deve ser o fio condutor das nossas propostas para governar. E a educação pode ser a política pública de maior alcance, capaz de impulsionar este objetivo.

### Educação, desenvolvimento e cidades felizes: principais diretrizes de ação

A educação é um direito humano fundamental, principal meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia, à tecnologia. O acesso à educação é condição importante para a mudança das relações sociais e superação das discriminações, para o desenvolvimento sustentável com garantia de distribuição de renda e de proteção aos recursos naturais.

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários.

O Brasil caminhou nessa direção nos 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, com fortes repercussões na educação dos estados e municípios, adotando medidas estruturais como o FUNDEB, o Piso Salarial Profissional para o Magistério, a Emenda Constitucional 59 e o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, destacamos as seguintes diretrizes para um programa e plano de governo e proposta de mandato parlamentar:

### Qualidade social, inclusão e equidade

- Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;
- Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens; processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças; contato com a investigação e a pesquisa desde os primeiros anos do ensino fundamental; perspectiva de educação inclusiva, que leve em conta as características cognitivas, as experiências culturais, as especificidades e necessidades de todos os estudantes;
- Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência. Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação. Fortalecimento do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas e

implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena. Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;

- A articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;
- Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;
- A elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais a serem acompanhados em reuniões pedagógicas sistemáticas. Para tanto, será fundamental que esse tempo seja previsto na jornada de trabalho dos educadores;
- Integração de políticas e ações educacionais em cada lugar, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e intersecretarias e unidades escolares;
- Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas dificuldades e, principalmente, suas possibilidades no campo da aprendizagem;
- Formação dos funcionários e funcionárias da escola;
- Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.

### **Democratização e qualificação da gestão educacional**

Os municípios devem buscar, no exercício da sua autonomia como entes federados, formas para assegurar a gestão democrática e a participação popular na educação. O envolvimento de toda comunidade escolar – professores e professoras, funcionários e funcionárias, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas é uma forma exitosa, já vivenciada por governos petistas, de tornar educação prioridade e de fazê-la a grande causa a ser defendida pela sociedade.

Outros instrumentos precisam ser implantados ou fortalecidos, como: Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, dentre outros. Importantíssimo também o fortalecimento dos Conselhos Escolares, com investimento na formação de seus segmentos, bem como a garantia de formas democráticas para escolha dos dirigentes escolares e de empenho na criação de um ambiente de diálogo para solução de conflitos e divergências.

Para promover a democratização da escola, a superação da violência e valorização da vida, é fundamental a abertura das escolas, oferecendo ações esportivas, culturais e de lazer de maneira integrada, se possível com outras áreas de governo.

### **Valorização Profissional**

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, em suas diversas atividades pedagógicas, precisam, antes de tudo, ser considerados como protagonistas do processo de aprendizagem. Ao longo da luta dos educadores e educadoras, os pilares da valorização tornam-se mais complexos e exigentes, cabendo à administração pública considerar este novo paradigma.

- Prever um forte investimento no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes da secretaria de educação;
- Formação permanente e sistemática de educadores (as), em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;

- Implementação do Plano de Cargos e Carreira da Educação, com observância do Piso Salarial Profissional Nacional como valor inicial da matriz salarial;
- Implementação de política de formação para os funcionários, com a retomada do programa Profuncionário;
- Implementação de políticas de prevenção e atenção à saúde dos profissionais da educação.

### **Acesso, permanência e qualidade**

A porta de entrada da criança na escola deve ser garantida pelo poder público, seja pela estratégia da Busca Ativa ou pela ampliação das vagas, de modo a expressar o compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.

Manter as crianças na escola, em boas condições de aprendizagem, vai requerer da gestão articulação necessária para garantir toda a estrutura adequada ao funcionamento das escolas: construção, reforma e manutenção de prédios escolares; provimento de materiais pedagógicos e outros; garantia de professores e funcionários em todas as unidades; transporte escolar; merenda escolar; livros e materiais didáticos.

### **Proteção e educação para nossas crianças**

A educação na primeira infância, agora com o seu Marco Legal, deve promover o desenvolvimento físico, pedagógico e cognitivo das crianças; o desenvolvimento da criatividade e das curiosidades; deve promover a sociabilidade a partir do brincar, hoje considerado um direito; deve se desenvolver em ambientes acolhedores e inclusivos, que promovam a saúde e a proteção.

As ações pedagógicas desencadeadas a partir dos currículos devem assegurar a dignidade das crianças, protegendo-as de qualquer forma de negligência e violência e visando ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

O objetivo é que as creches e as escolas de educação infantil se tornem lugares de proteção e desenvolvimento da primeira infância. A meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) é voltada aos municípios, prevendo a universalização da educação de 4 e 5 anos e o alcance em creche de 50% das crianças até 3 anos. Os programas e planos de governos e as propostas de mandato parlamentar devem prever a ampliação do atendimento em creches.

### **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

Investir na Educação de Jovens e Adultos, visando superar o analfabetismo, e sempre que possível, articulá-la à formação profissional.

### **Educação no Campo**

É muito importante que tenhamos propostas para as escolas que estão nos espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. Nesse sentido, é fundamental recuperarmos as orientações sobre Educação no Campo de 2007<sup>45</sup> e as [Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013](#).

---

<sup>45</sup> Ver documento no acervo do Curso no portal da ENFPT

### **Desafios e perspectivas**

As propostas aqui apresentadas se amparam no que o PT discute, formula e implementa ao longo de suas experiências em gestões estaduais e municipais que, sem sombra de dúvidas, desenvolveram-se muito nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Hoje, os prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras encontrarão um MEC que ignora os municípios como entes capazes de formular e impõe projetos mirabolantes, quase todos de cunho privatista, que ao final, irão retirar recursos dos municípios. Por isso, é preciso muita atenção nas propostas de *voucher* para educação infantil, na PEC do FUNDEB e na parceria para escolas cívico-militares, esta última apresentada como o cartão de visitas do MEC.

Dizer não a esses projetos significa defender o legado do PT na educação e o direito de crianças, jovens e adultos à educação. Nossos programas de governo e propostas de mandato parlamentar devem afirmar a educação pública, defender a escola pública, que anuncie e promova o direito à educação, desenvolva cidades e pessoas felizes!



***Em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), público e universal, garantindo o acesso a serviços que prestem atenção integral à saúde de toda a população brasileira. [universal, integral e equitativo].  
Pela Revogação da Emenda Constitucional 95/ 2016, de congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos.***

A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos. O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme está inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira.

Quando pensamos sobre as causas de adoecimento e morte que afetam quem está ao nosso lado e a nós mesmos, constatamos que, no Brasil, vivemos diante de problemas de saúde típicos do século XIX, do século XX e dos que caracterizam o século XXI, ou seja, doenças transmissíveis, como por exemplo, a malária, a febre amarela, coronavírus e a dengue, as doenças e acidentes relacionados ao trabalho passando os séculos e doenças crônico-degenerativas, como o câncer, entre outros. São problemas que, de modo geral, afetam a todos e todas.

Por isso, as diretrizes para elaboração de programas e planos de governo e de proposta de mandato parlamentar do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar consideram a importância do SUS, as necessidades de saúde, a organização do sistema, visando construção de territórios saudáveis para se viver, a importância do mundo do trabalho e dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde, investimento em um aparato estatal prestador de serviços de saúde de natureza individual e coletiva, gestões públicas transparentes e a valorização do controle social das políticas públicas.

Assim, indicamos as seguintes diretrizes para promover a qualificação do sistema municipal de saúde:

- Promoção e proteção da saúde para cuidar das pessoas;
- Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade;
- Qualificação da rede de urgência e emergência e de atenção hospitalar;
- Atenção especializada, articulada e integrada em rede com a atenção básica, unidades de urgência e emergência e as hospitalares;
- Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho em saúde;
- Reafirmar a participação da sociedade na defesa do SUS;
- Investir os recursos públicos para estruturação da rede pública.

### **Promoção e proteção da saúde para cuidar das pessoas**

- Consolidação do SUS com caráter 100% público que caminhe gradativamente da situação atual em cada município, para planejamento e execução das ações de saúde pelo próprio município, de forma a precisar cada vez menos da compra de serviços privados;
- Realização de Concurso Público anualmente nos municípios para reposição da força de trabalho e qualificação para provimento de pessoal em quantidade suficiente, evitando a compra de serviços privados. Não realizar concursos em função da Lei de Responsabilidade Fiscal requer revisar a referida Lei;
- Implantar ações que reduzam as vergonhosas taxas de mortalidade infantil e materna. Para tanto, será necessário garantir acesso das gestantes ao pré-natal de qualidade nas UBSs e nas situações de risco gravídico, humanizar e melhorar as condições do parto e do puerpério, enfrentar a epidemia de cesáreas (respeitando às decisões da gestante) e ampliar as estratégias de vínculo da gestante com a maternidade, ofertando assistência aos bebês, inclusive com UTI neonatal, quando necessário. Visto, ainda, que parcela da população conta com planos e seguros de saúde, é necessário que o aparato estatal – Ministério da Saúde, Secretarias Municipais, Distrital e Estaduais de Saúde – discipline sanitariamente

(vigilância em saúde: sanitária, epidemiológica, ambiental e da saúde do trabalhador e da trabalhadora) e garanta a qualificação dos serviços, mediante sistemática fiscalização sanitária e da prestação de cuidados, regulem [ar] e articulem [ar] os serviços da saúde suplementar na mesma direção, defendendo a vida de todas as mulheres e crianças de nossas cidades;

- Fortalecer ações de cuidado e de segurança da Saúde do Trabalhador, para o controle, identificação e notificação dos riscos do trabalho e ambientais;
- Efetivação de uma política de recursos humanos que estabeleçam as carreiras dos profissionais de saúde (PCCS) necessárias à cobertura dos serviços de saúde em cada nível de atenção (básica, média e alta complexidade). Hoje temos profissionais exercendo atividades iguais, em locais diferentes, sem educação continuada, em condições de trabalho muito diferentes, com salários muito diferentes. Então, o sistema não é único;
- Implantar um vigoroso Programa de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – PSTT, vinculados aos setores público e privado, coordenado por equipe subordinado ao gestor de saúde do ente federativo e em articulação com entidades do movimento sindical (Centrais, sindicatos e outros), que enfrente as vergonhosas taxas de acidentes de trabalho, bem como os vergonhosos patamares de não notificação de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho;
- Constituir parcerias da Vigilância em Saúde com o Ministério Público do Trabalho para fazer cumprir as normativas da Saúde e Segurança do Trabalho nos ambientes ocupacionais;
- Garantir que as atividades, as ações e os serviços do PSTT sejam priorizados na Atenção Básica, Atenção Especializada, Atendimento de Urgência e Emergência e Atendimento Hospitalar, bem pelos órgãos de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e da saúde do trabalhador e da trabalhadora;
- Implantar o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, com ações destinadas a todas as faixas etárias, da puberdade ao climatério, a prevenção ao câncer de útero e de mama, o planejamento sexual e reprodutivo, a sexualidade e os principais problemas ginecológicos;
- Criar ações intersetoriais de promoção e proteção da saúde e qualidade de vida, destinadas às crianças, a jovens, a adultos, aos idosos e portadores de enfermidades crônicas, priorizando ações de alimentação saudável, controle da obesidade e do sedentarismo, do tabagismo e do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Desenvolver projetos intersetoriais de enfrentamento das diferentes formas de violência (no trânsito, no trabalho, sexual e contra as mulheres, pessoas negras, LGBTQs, crianças e pessoas idosas);
- Ampliar as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), em parceria com a Educação, com ênfase na saúde bucal e oftalmológica, alimentação saudável, sexualidade, prevenção de Infecções [Doenças] Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas;
- Fortalecer as ações para prevenção e controle de ISTs e AIDS, Hepatites, Tuberculose e Hanseníase, investindo em ações intersetoriais e descentralizadas de atenção a saúde, educação e proteção;
- Desenvolver ações de saúde afirmativas (pessoas negras, mulheres, LGBTQs, pessoas com deficiência), em articulação com as demais políticas intersetoriais;
- Fortalecer as ações de proteção e vigilância em saúde para o enfrentamento das principais vulnerabilidades e riscos do processo saúde-doença, com prioridades às pessoas que vivem em favelas, cortiços, em situação de rua ou em restrição de liberdade;
- Intensificar e envolver a sociedade nas ações de controle da Dengue, Zika e Chikungunya;
- Implantar programa de controle da população de cães e gatos, para proteção da saúde humana e a promoção do bem-estar animal, em parceria com a sociedade civil.

### **Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade**

- Fortalecer a Atenção Básica em Saúde, garantindo atendimento integral e equitativo, com cuidado humanizado, resolutivo e de qualidade, em todas as unidades básicas de saúde, que devem garantir condições dignas de trabalho para que os servidores possam prestar atendimento qualificado e humanizado aos cidadãos e cidadãs;

- Ampliar as Equipes de Saúde da Família e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, visando a atingir cobertura de atenção à saúde da população, destacando regiões de maior vulnerabilidade e de maior densidade populacional;
- Inserir, prioritariamente, na dinâmica de trabalho das equipes da Atenção Básica a compreensão de que o trabalho é um dos fatores determinantes do processo saúde-doença;
- Defender a manutenção do Programa Mais Médicos para o Brasil, garantindo que toda a população possa ter equipes de Estratégia Saúde da Família completas, garantindo o atendimento médico de qualidade;
- Ampliar e fortalecer a estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde para promoção da saúde, tendo com um dos pilares centrais de sua atuação a compreensão de que o trabalho é um dos fatores determinantes do processo saúde-doença, qualificação do cuidado, desenvolvimento de ações intersetoriais, vínculo com as pessoas e valorização da cidadania;
- Ampliar as ações do Programa Brasil Sorridente, desenvolvendo ações de prevenção nas escolas municipais e melhorando o atendimento odontológico nas Unidades de Saúde e nos Centros Especializados em Saúde Bucal;
- Fortalecer a Estratégia de Saúde da Família sem domicílio. Qualificar e ampliar os consultórios na rua;
- Qualificar as equipes de saúde da atenção básica que atuam nos presídios e instituições de internação do sistema socioeducativo.

#### **Qualificar a rede de urgência e de emergência e de atenção hospitalar**

- Investir na ampliação, na qualidade e na humanização do atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), consolidando o seu papel no atendimento das urgências, integradas à rede de saúde;
- Garantir que todos os acidentes e todas as intoxicações relacionadas ao trabalho sejam prontamente notificadas ao órgão de vigilância epidemiológica e, simultaneamente, programada inspeção, pela equipe de vigilância e fiscalização sanitária, dos ambientes de trabalho das ocorrências;
- Buscar, junto ao Ministério da Saúde e ao governo do Estado, a ampliação e renovação da frota do SAMU-192, reivindicando que o governo estadual participe do seu financiamento;
- Valorizar a rede hospitalar, seja ela pública (municipal, estadual e federal) ou conveniada ao SUS, de forma a que esteja articulada às necessidades locais, promovendo acesso da população a serviços de média complexidade, como cirurgias eletivas e serviços de alta complexidade, internações e outros tratamentos que exigem maior aporte técnico, por meio de processos de regulação do SUS. Articular a demanda local aos serviços hospitalares regionais, quando o município não tiver uma unidade hospitalar;
- Ampliar e aprimorar o Programa de Internação Domiciliar (PID) e de Fisioterapia Domiciliar.

#### **Atenção especializada articulada e integrada em rede**

- Organizar o atendimento especializado na cidade (consultas médicas com especialistas, exames e procedimentos especializados), consolidando um novo modelo de cuidado especializado multiprofissional, em rede e resolutivo, que solucione a vergonhosa fila de espera. Para tanto, é essencial promover a ampliação e a qualificação do atendimento prestado por Ambulatórios de Especialidades e demais serviços especializados da prefeitura, em articulação com serviços de especialidades mantidos pelos governos do estado, dos hospitais filantrópicos e serviços privados contratados pelo SUS. Estabelecer um projeto estrutural comum para unidades de saúde por nível de complexidade, por população assistida.
- Garantir atenção especializada para todos os problemas de saúde decorrentes de doenças, intoxicações e acidentes relacionadas ao trabalho;
- Prover, mediante recurso próprio ou em articulação com outros entes federados, exames laboratoriais específicos demandado pelo PSTT;
- Estabelecer estratégias de expansão da Rede Pública para realização de Exames Complementares. Estes procedimentos constituem alto custo para o SUS nos municípios, e são de fácil execução, porque os

gastos com recursos do Fundo Municipal de Saúde para compra de serviços privados já remuneram rubricas de lucro, que são muito superiores em valores que o necessário para construir e equipar os centros;

- Fortalecer, ampliar e consolidar as Linhas de Cuidado em Rede para as principais doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, ampliando as ações de prevenção, cuidado hospitalar e episódios de infarto agudo do miocárdio (IAM), de acidente vascular cerebral (AVC) e de insuficiência renal;
- Fortalecer e ampliar os programas de internação domiciliar;
- Organizar ações para o cuidado à dor crônica (osteomusculares), organizando a oferta de cuidado multiprofissional nos territórios;
- Organizar atendimento especializado em reabilitação física, destinado aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e ou acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.
- Organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado ao atendimento qualificado às pessoas com deficiência e outras doenças que necessitem desses serviços, com credenciamento das clínicas universitárias de fisioterapia, para ampliar o atendimento pelo SUS;
- Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Psiquiátrica, reestruturando e qualificando a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua, e outros serviços de apoio que contem sempre com equipes de saúde. Fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência, promovendo a inclusão social e a construção de novos projetos de vida. Estruturar e qualificar referências para dar suporte clínico aos trabalhadores e às trabalhadoras, cujo problema de saúde se relaciona ao trabalho.

#### **Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica – Serviços de Controle de Zoonoses.**

- Organizar órgãos, técnica e administrativamente estáveis, de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica;
- Organizar Serviços de Controle de Zoonoses ágeis, técnica e administrativamente estáveis;
- Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Sanitária articulando-se nas Regiões de Saúde com os órgãos de vigilância sanitária e epidemiológica estaduais, bem como com o órgão federal, quando necessário;
- Articular e liderar os municípios da Região de Saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e, quando for o caso, do governo Federal, a ampliação da atuação compartilhada com os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica estaduais e federais.
- Exercer plenamente a autoridade sanitária por meio das ações de vigilância sanitária de serviços de saúde, exercidas por equipes técnicas capacitadas, que permitam garantir a segurança, o acesso e a qualidade dos serviços ofertados pela Administração Pública e pelos planos e seguros de saúde, atuando para prevenir e controlar agravos à saúde e, assim, proteger a saúde da totalidade da população.

#### **Trabalhador da saúde e Carreira do SUS**

- Para fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, bem como a prestação de serviços à população nos municípios da Região de Saúde, que envolve o Estado, e, a depender da necessidade, também a União, cumprir e propor:
  - Acabar com a precarização das relações de trabalho no âmbito do município; e
  - Construir em articulação com os governos estaduais e federal, por meio de processos de negociação coletiva com as entidades sindicais de trabalhadores de saúde, uma Carreira Única do SUS, de base federal, financiada pelos três entes federados, com lógica multiprofissional e escopo que abarque todos os trabalhadores que atuam no setor saúde (servidores federais, estaduais e municipais). Para a operacionalização do Sistema e para provimento de trabalhadores nas Regiões de Saúde, especialmente nos municípios de pequeno porte, essa solução já foi recomendada no Programa de Governo Lula/Haddad.

### **Ressarcimento ao SUS**

- Articular-se com o Estado para exigir que a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cumpra com agilidade sua atribuição precípua: o ressarcimento ao SUS pela prestação de serviços a clientes de planos e seguros de saúde que são assistidos no SUS.

### **Qualificação da gestão e valorização do trabalho em saúde**

- Implantar gestão democrática e participativa na saúde, com espaços coletivos institucionais de gestão compartilhada com os trabalhadores de saúde;
- Fortalecer as ações de Educação Permanente como estratégia de gestão e de educação continuada para atualização dos trabalhadores de saúde e qualificação do atendimento à população;
- Implementar parceria com as instituições de ensino da cidade que atuam na área da saúde para estabelecer uma “Rede de Saúde Escola” para o SUS, que seja um espaço de integração do ensino e dos serviços, ampliando os programas de residência médica e multiprofissional, de formação técnica, de pesquisa e especialização, voltados aos interesses do SUS;
- Garantir a oferta de medicamentos básicos e articular o acesso aos demais medicamentos, conforme organização e atribuições definidas na Política de Assistência Farmacêutica do SUS, priorizando o uso racional e seguro de medicamentos;
- Atuar na Comissão Intergestores Regional – CIR para incrementar e aperfeiçoar as ações de regulação de forma integrada com a rede de atenção da Região de Saúde, com o objetivo de qualificar o acesso orientado pelas necessidades de saúde (e não pelos interesses econômicos dos prestadores);
- Avançar radicalmente na informatização dos serviços de saúde, com a adoção do prontuário eletrônico do paciente e outras ferramentas tecnológicas que permitam maior eficiência, eficácia, segurança, conforto e agilidade no atendimento;
- Articular e liderar os municípios da Região de Saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e governo Federal a ampliação da oferta de serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, revendo a oferta de acordo com as necessidades dos municípios, priorizando consultas, exames e internações de alta complexidade ou de doenças raras;
- Articular e liderar os demais municípios da região de saúde e dos estados para reivindicar maior apoio dos governos de Estado e da União para que ampliem o repasse de recursos para os municípios, visando ao cofinanciamento do SUS;
- Fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, enfrentando a privatização dos serviços de saúde, a precarização das relações de trabalho e a ausência de carreira do SUS;
- Implementar medidas de transparência na gestão pública, controle do desperdício e de enfrentamento da corrupção no uso dos recursos, bem como do clientelismo político, que impede a promoção da universalidade, da integralidade e da equidade, princípios constitucionais do SUS.

### **A participação da sociedade na formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde**

- Consolidar o controle social por meio da participação popular no Conselho Municipal de Saúde, conselhos gestores, conferências e encontros populares de saúde.
- Reconhecer e valorizar os instrumentos de participação social que envolvem a sociedade, difundem informações e incorporam a defesa da saúde como base de diálogo sobre as demandas locais, politizando os debates sobre as dificuldades referentes à oferta de serviços de saúde, bem como apontam soluções para funcionamento dos serviços e agregam valor social as lutas em defesa do SUS.

### **Políticas para a Cultura**

O PT, desde sua fundação, estabeleceu uma relação muito profunda com a comunidade cultural brasileira e, a partir dessa proximidade com fazedores de cultura, o partido foi formando uma plataforma para a produção de políticas culturais que se tornou referência para o mundo.

O documento Política Cultural, de 1984, tornou-se um marco para a construção de políticas públicas para a cultura e ainda mantém sua atualidade, mesmo depois de 36 anos da sua publicação. O texto pontua que:

*“[...] a questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades do Partido dos Trabalhadores quando se leva em conta o papel da cultura seja como fator de discriminação sociopolítica, seja como instrumento de dominação ideológica, seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação com potencial de emancipação e libertação histórica”.*

Dessa forma, um governo comprometido com a maioria da população, com setores historicamente discriminados e encabeçado pelo PT deve se comprometer em compreender a cultura como um pilar de sustentação da sociedade, fugindo da visão superficial de que cultura é sinônimo de mera produção de eventos ou simples produto de mercado. É preciso que as políticas culturais sejam vetores da promoção da cidadania, do desenvolvimento sustentável e das potencialidades estéticas existentes na sociedade.

O PT tem uma história de construção de políticas culturais transformadoras nas cidades. Em suas gestões em capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, os governos ligados ao partido foram responsáveis por elaborar políticas culturais que formaram as bases para a ideia que se desenvolveria nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma: a formulação de um Sistema Nacional de Cultura.

Nos municípios, os governos têm a possibilidade de atuar em maior proximidade com os cidadãos e cidadãs. As políticas culturais podem contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que a cultura é um dos setores que mais geram emprego e renda – de acordo com o IBGE, mais de cinco milhões de pessoas estão ocupadas no Brasil no setor cultural. Além disso, as políticas culturais nos municípios podem gerar novas formas de sociabilidade, valorizando as culturas locais, reforçando identidades marginalizadas pelo histórico de exclusões sociais e urbanas e construir laços de convivência mais saudáveis e significativos. Isto é, as políticas culturais nas cidades, se desenvolvidas por meio das suas três dimensões – econômica, cidadã e estética, contribuem para que as comunidades ganhem em qualidade de vida e que as pessoas estabeleçam laços entre si, baseados em valores, como a igualdade, o respeito e a solidariedade.

### **Iniciativas para a estruturação de uma política cultural nos municípios:**

As políticas culturais devem ser um vetor de combate às desigualdades sociais e, em nosso país, a ocupação dos territórios é um dos elementos de maior perpetuação dessas desigualdades. Em termos de políticas culturais, esse fator é preponderante e deve ser levado em conta. Os territórios periféricos e afastados das áreas centrais devem receber atenção redobrada no estabelecimento de políticas de cultura.

Para o pleno desenvolvimento de políticas culturais nos municípios, recomendamos a adoção de três medidas fundamentais:

- Criação do órgão de cultura – Diretoria de Cultura, Secretaria de Cultura e/ou Fundação Cultural – É de fundamental importância a criação de estruturas próprias para a elaboração, desenvolvimento e gestão das políticas culturais nos municípios. As políticas de cultura podem e devem estar articuladas com as estruturas de turismo, comunicação, educação e esportes e lazer, sempre guardando a autonomia de cada um desses setores. Para a atuação conjunta, sugerimos a criação de comitês de gestão dos diversos órgãos que possam ter interface com a área cultural;
- Instituição do Sistema Municipal de Cultura, com a criação de um Fundo Municipal de Cultura dotado de recursos próprios e com a realização de editais periódicos; a criação e eleição de um

Conselho de Políticas Culturais; a elaboração de um Plano Municipal de Cultura, com metas a serem atingidas em um período de tempo; e, também, realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Cultura, a fim de referendar junto à comunidade as políticas em curso;

- Realização do Cadastro Cultural da Cidade. Artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais devem ser incluídos nesse cadastro, a fim de que as políticas culturais desenvolvidas tenham maior eficiência, eficácia e efetividade.

### **Políticas voltadas às categorias e segmentos culturais**

Para a construção de boas políticas culturais, é fundamental considerar a diversidade cultural local e buscar não hierarquizar as expressões, manifestações e segmentos culturais. As últimas experiências de implementação de políticas específicas na cultura e representação social nos conselhos consideram como segmentos culturais: Culturas Populares, Culturas de Povos Tradicionais de Mariz Africana, Culturas Indígenas. O conceito de áreas temáticas também deve abranger a atuação de profissionais, como produtores culturais, designers, artistas visuais, fotógrafos, cineastas e demais profissionais da área do audiovisual, profissionais da moda, profissionais do livro e literatura, profissionais das artes cênicas – da dança, teatro, ópera, circo, performance –, profissionais da área do patrimônio material e imaterial – historiadores, museólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos etc.

### **Equipamentos culturais**

Realizar uma política de valorização, manutenção e dinamização, voltada para os equipamentos culturais, também é fundamental para o desenvolvimento cultural das cidades. Os equipamentos públicos e privados de cultura do município necessitam de uma atuação a partir da estruturação de um sistema de equipamentos culturais. A criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas e centros culturais possuem grande importância na construção de políticas de cultura, pois possibilitam a exibição, a fruição e até a produção de bens culturais. No desenvolvimento de políticas para a instalação e manutenção de equipamentos culturais, deve-se sempre levar em conta o atendimento do conjunto dos territórios locais, evitando-se ao máximo a concentração dos equipamentos de cultura nos municípios.

## Políticas para as Mulheres

Vivemos tempos de intensificação dos ataques às vidas e aos direitos das mulheres e de toda a classe trabalhadora. O golpe de 2016 instaurou no país um governo que representa interesses de elites internacionais e nacionais, e faz parte da ascensão da política antidemocrática na América Latina e na Europa. Um governo, ao mesmo tempo, ultraliberal e ultraconservador, que se opõe a toda e qualquer política de igualdade de direitos, gênero, raça, orientação sexual e social. Assenta-se em dois pilares: na moralidade fundamentalista e na supremacia do mercado, articulando-os de maneira que moraliza o mercado e mercantiliza a moralidade. Tudo se transforma em empresa, até mesmo as pessoas e as famílias, a partir da concepção de Estado Mínimo.

O atual governo ataca todas as igualdades de direitos, conquistadas nos governos democráticos. As mulheres, em sua diversidade, estão entre os grupos mais prejudicados por essas políticas de precarização da vida e cerceamento da liberdade, estando entre os grupos que são eleitos como inimigos. Assim, enfrentamos o desafio de construção de políticas para a igualdade entre todos os gêneros, combatendo as estruturas patriarcais e a política de morte, que impõem o poder dos homens sobre as mulheres, em um contexto de adversidade.

Com relação aos direitos das mulheres, vivemos épocas de conquistas que sem dúvida mudaram a vida das mulheres da cidade e do campo. Foram nos quase 16 anos de governos democráticos do PT que as políticas públicas para as mulheres, construídas com a participação do movimento de mulheres e feministas, aproximaram da realidade sonhos como viver sem violência. Contamos com experiências exitosas de gestões petistas, elaboradas com ampla participação popular, especialmente as implementadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Depois das políticas conquistadas, temos visto e sentido, cotidianamente, perdas que definem uma conjuntura de retrocesso absoluto desde 2016, no que se refere às políticas para as mulheres. Há um escandaloso aumento do feminicídio, principalmente de mulheres negras. Só no último trimestre de 2019, o número cresceu 7,5%; neste ano (2020, março), foram assassinadas 1.310 mulheres. Vivenciamos o aumento dos estupros coletivos, aumento dos abusos sexuais, destruição de toda a rede de proteção às mulheres em relação às violências, com a retirada de todo recurso das políticas de enfrentamento à violência – o que se vê na diminuição dos recursos para o Disque 180, no fechamento e precarização de serviços de atendimento, por exemplo. Também importante lembrar o impacto da posse e do porte das armas nos feminicídios ocorridos dentro das casas, de maneira a aumentá-los.

Com relação à saúde, muito grave a violência obstétrica ter sido retirada do quadro das violências. Atualmente, o governo federal pauta a política de abstinência sexual no lugar de uma política de prevenção a DST/AIDS e contracepção. A política de saúde mental foi substituída pela de internação compulsória hospitalar. Houve uma desidratação dos serviços de aborto legal. O conceito de direitos sexuais e reprodutivos, presente em todos os documentos das Nações Unidas nos quais o Brasil foi signatário, foi retirado.

Na educação, a censura sobre questões de gênero, chamada de “ideologia de gênero”, promovida pela articulação internacional do Movimento Escola Sem Partido, tem, ao mesmo tempo, violado o direito das crianças e adolescentes ao conhecimento e à cultura e perseguido professoras e professores. O ensino domiciliar é um retrocesso enorme em relação aos direitos da criança e do adolescente, restringindo o acesso ao conhecimento e ao espaço público, inclusive como espaço de denúncia de abusos sexuais. Também é grave a militarização do ensino médio. O ensino superior vem sendo privatizado, a partir da redução de recursos públicos, como demonstra o Projeto Future-se. Uma nação sem educação, ciência e tecnologia tem sua soberania comprometida.

As relações de trabalho são alteradas com a contrarreforma trabalhista, sustentada na precarização, privatização e flexibilização, e a da previdência. Cada pessoa passa a ser supostamente gestora de si mesma, desconfigurando a real situação de trabalhadora, para se autodenominar “micro-empresária”.



São os casos de empresas de aplicativo, tais como Uber e iFood. Também cresceu o trabalho informal, com muitas mulheres se tornando ambulantes nas ruas. Categorias femininas muito impactadas pelo quadro são as trabalhadoras domésticas, trabalhadoras rurais, as comerciárias e as funcionárias públicas, prioritariamente as mulheres negras.

Em contraste com a decisão de criminalização da LGBTfobia por parte do Supremo Tribunal Federal, o governo faz discurso institucional de ódio, com apologia à violência, de modo que, pelo segundo ano seguido, o Brasil é o país que mais mata LGBTs do mundo, em especial mulheres transexuais. A política de morte também se expressa nos genocídios da juventude negra e dos povos indígenas, com o objetivo de apropriação e exploração das terras dos povos tradicionais.

A participação popular vem sendo criminalizada, com o fechamento e desidratação de inúmeros conselhos de participação e controle social. O quadro descrito vai na contramão e na negação das diretrizes da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2015, no governo da Presidenta Dilma, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. A diretriz geral apontou que "todas as expressões a seguir listadas devem ser consideradas quando se fizer referência às políticas para as mulheres:

*Negras, lésbicas, transexuais, bissexuais, quilombolas, indígenas, ciganas, em situações de rua, catadora de material reciclável, de periferia, com deficiência, portadora de doenças crônicas e patologias psicossomáticas, psiquiátricas e transtorno mental, em condição de drogadição, do campo, rurais, da floresta, das águas, ribeirinhas, das marés, faxinalenses, prostitutas, vítimas de escarpelamento, em situação prisional, surda/surdocega, geracional (meninas, adolescentes e idosas), matriz africana, vítimas de violência obstétrica, mulheres vivendo com HIV/AIDS, trabalhadoras domésticas, circenses, migrantes, marisqueiras, mulheres da cultura tradicional, pescadoras, quebradeiras de coco, parteiras tradicionais, mulheres de terreiro, mulheres imigrantes, da agricultura familiar, mulheres autônomas, associadas e cooperadas".*

Apesar de muitas mudanças terem se dado em nível Federal, é fundamental aproveitar todas as oportunidades e brechas em âmbito municipal, seja no Legislativo ou no Executivo, para construir alternativas. Nosso legado é instrumento fundamental para demonstrar como políticas públicas podem transformar a vida das mulheres, devendo ser retomado e reelaborado nos municípios de todo o Brasil.

### **Interseccionalidade: Formular Política para Mulheres, considerando todas as áreas de gestão e as diversidades das mulheres**

A formulação de Políticas para Mulheres deve estar presente de maneira interseccional em todas as políticas de um governo, com olhar articulado em todas as áreas da gestão. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade evidencia que as mulheres são diversas entre si: somos indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais, do campo, da cidade, quilombolas, de matriz africana, ciganas, jovens, idosas, profissionais do sexo.

A formulação de políticas públicas deve estar alinhada com marcos internacionais, tais como os [17](#) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, inclusive considerando que nossos governos foram signatários dessas políticas internacionais.

### **Fortalecimento da participação popular**

A participação popular, fundamental em todas as gestões petistas, torna-se ainda mais relevante em um contexto de golpe e retrocessos, sendo um dos instrumentos para dar voz à resistência. Nesse sentido, é importante:

- Criar e fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres;
- Realizar conferências de políticas para as mulheres;

- Construir planos de igualdade de gênero;
- Mandatos e gestões populares, com participação dos movimentos sociais, de mulheres, feministas e populares;
- Incentivar e apoiar a organização coletiva das mulheres, como instrumento de transformação de suas vidas, das vidas de sua família e das vidas de suas comunidades;
- Realizar formação permanente das mulheres para ocuparem espaços decisórios e participativos;
- Capacitar as mulheres para a compreensão do orçamento público e da articulação com as políticas setoriais e universais.

### **Institucionalização das políticas para as mulheres**

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres é um marco histórico da gestão do PT para formular, multiplicar e disseminar as políticas voltadas para as mulheres;

- Criar, implantar e fortalecer organismos de políticas para mulheres, como secretarias, coordenadorias, diretorias etc;
- Elaborar plano de atuação de política para mulheres;
- Garantir no PPA, na LDO e na LOA dotação mínima orçamentária para as políticas para as mulheres, garantindo a estruturação dos órgãos gestores, programas e serviços;
- Assegurar os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice.

### **Importância da produção de indicadores e dados sobre mulheres**

- Construir, fomentar e divulgar periodicamente indicadores sociodemográficos, quantitativos e qualitativos e articular com outros instrumentos censitários sobre temas, tais como saúde, segurança pública, educação, assistência social, entre outros, levando em consideração a diversidade das mulheres. Fomentar a construção destes indicadores junto a órgãos censitários e de pesquisa, tais como IBGE, IPEA e órgãos que coletam dados para os registros administrativos nos municípios.

### **Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher**

- Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Abuso Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Femicídio, Portarias do SUS);
- Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual e às meninas que sofrem abuso sexual, ampliando e estruturando serviços especializados de atendimento, tais como centros de referência, Casa Abrigo, unidades de saúde referência, contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV;
- Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação e as conselheiras para o conhecimento das normativas e o fortalecimento da rede de proteção a mulher, criança e adolescente;
- Divulgar e fortalecer o Disque 180;
- Criar e ampliar os serviços de denúncia para as mulheres indígenas, povos e comunidade tradicionais, que não possuem cobertura telefônica.

### **Saúde integral das mulheres**

- Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida. Ou seja, humanizar o atendimento à saúde das mulheres no período da gestação, parto e puerpério; à saúde mental das mulheres, em especial pelos altos índices de uso de medicamentos e de drogas; ao HIV e a AIDS, em função do aumento da epidemia entre as mulheres e à transmissão vertical; câncer de mama; e adaptação de acessibilidade universal em todos os espaços;
- Fortalecer as ações que garantam os exercícios dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Aprimorar as campanhas de educação para: a saúde e prevenção às doenças que afetam mulheres, todos os métodos disponíveis de prevenção e contracepção e contra o racismo institucional;
- Promover ações para erradicar e punir a violência obstétrica e o cumprimento efetivo da Lei federal 11.108/2005, que garante à parturiente o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto. Garantir formação continuada para as parteiras tradicionais;
- Fortalecer e garantir a oferta de hormonioterapia para todas as mulheres transexuais com o acompanhamento de médico endocrinologista;
- Fortalecer as ações que reduzam a mortalidade materna e de controle dos cânceres de colo do útero e de mama;
- Fazer cumprir a Lei de Planejamento Familiar, universalizando os serviços que fornecem informações e acesso aos métodos anticoncepcionais;
- Criar canais de diálogo sobre o papel da escola na discussão e orientação sobre sexualidade e reprodução, com foco na contracepção, na prevenção das DSTs/AIDS e na gravidez precoce;
- Reforçar e ampliar serviços de aborto legal e de atendimento humanizado para mulheres em processo de abortamento;
- Formar agentes de saúde para atuar em territórios indígenas.

### **Autonomia econômica das mulheres**

- Garantir a criação de mecanismos de igualdade de cargos e salários na administração pública;
- Aumentar significativamente vagas em creches públicas e para crianças de 4 meses a 5 anos, em tempo integral;
- Garantir serviços públicos de cuidado para pessoas idosas e com deficiência. Cuidado especial no atendimento em áreas periféricas dos centros urbanos e zonas rurais;
- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional;
- Criar e implantar programas que garantam habitação digna, com a garantia de estrutura urbana adequada (creche, instituições escolares, UBSs etc.);
- Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo e da cidade.

### **Educação para a igualdade**

- Promover debates sobre a reformulação dos planos municipais de educação, pautando a educação não sexista, não LGBTfóbica e não racista, de acordo com os marcos legais;

- Implementar e fiscalizar o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que incluem no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade das temáticas: "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", respectivamente;
- Aprovar a portaria do nome social nas escolas nos municípios;
- Contribuir nas estratégias de valorização de profissionais da Rede de Educação, conforme a Lei Federal 11738/2008, garantindo oportunidades de capacitação e conscientização sobre direitos humanos e de cidadania, relações de gênero e questões raciais/ étnicas, de modo que seu aprendizado se aplique na pedagogia escolar e enriqueça as interações com as famílias e comunidades;
- Garantir programa de qualificação de nível superior e demais títulos de graduação específica para mulheres do campo, da floresta e das águas e comunidades tradicionais;
- Elaborar a produção didática e paradidática para as mulheres com deficiência.

### **Meio ambiente**

- Garantir políticas de proteção dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais;
- Incentivar a permacultura, agricultura familiar e ao manejo sustentável;
- Criar o programa bolsa verde em âmbito municipal que garanta um benefício financeiro às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais;
- Criar mecanismos que incentivem as organizações de catadoras dirigidas por mulheres;
- Fomentar a formação de catadoras mulheres para assumir postos de liderança.

### **Moradia**

- Garantir moradia popular para mulheres chefes de família, prioritariamente aquelas em situação de violência.

### **Transporte**

Combate ao assédio sexual nos transportes públicos, passando pela prevenção, garantia de denúncia, punição.

### **Cultura e acesso a espaços públicos**

- Valorizar, apoiar, promover a produção cultural de mulheres;
- Garantir o acesso das mulheres aos espaços públicos;
- Criar espaços culturais e programas de lazer para as mulheres.

### **Comunicação**

- Desenvolver campanhas pela igualdade de gênero na sociedade com temas, tais como: divisão igualitária do trabalho doméstico; enfrentamento à violência no meio virtual; combate à exploração e ao abuso

sexual de meninas e mulheres; campanha contra o racismo, lesbofobia e o preconceito de gênero; e combate ao feminicídio;

- Fortalecer ações de orientação e informação sobre o uso das redes sociais e riscos de exposição de seus dados pessoais e de sua imagem;
- Criar leis que garantam espaço gratuito nos meios de comunicação de massa para a divulgação dos direitos e denúncia da violência contra as mulheres.

## Políticas para a Juventude

O Brasil reconhece uma série de direitos a Juventude (especificamente de 15 a 29 anos), considerando as especificidades desta fase da vida humana, tanto subjetivos – como o fato de ser a juventude um sensível período de transição e formação psicossocial – quanto objetivos – como o fato dos índices de violência contra a juventude superarem por amplas margens os mesmos índices contra os demais segmentos populacionais.

O Mapa da Violência, publicado em 2019 pelo IPEA, aponta que no Brasil, em 2017, 35.783 jovens foram assassinados, representando uma taxa de 69,9 homicídios a cada 100 mil jovens no país, recorde nos últimos dez anos, sendo o homicídio a maior causa de morte de jovens no Brasil, que vitimiza principalmente a juventude negra e moradora de periferia<sup>46</sup>. A transformação dos territórios de vivência dessa juventude em territórios com garantia de direitos deve ser tarefa prioritária para o Estado, em consonância com o determinado no Estatuto da Juventude.

Ao quadro de extrema violência, soma-se o alto grau de desocupação da juventude, ou seja, o número de jovens que está sem vínculos de trabalho ou de estudo. Segundo pesquisa PNAD do IBGE, no último trimestre de 2018, a taxa de desocupação da juventude de 18 a 24 anos era de 23% do total desta população. Ainda, a renda média de jovens no Brasil em 2019 era de R\$567 reais, enquanto a média da população brasileira R\$1.174.

O cenário onde a juventude brasileira está inserida, é, portanto, marcado pela violência e ausência de garantia de direitos, com alto desemprego e baixa renda.

Além do precípuo direito à vida e dos direitos relativos ao trabalho e renda, verifica-se no país a violação sistemática dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, sendo cada vez mais parcos os investimentos em política cultural direcionada a este segmento e políticas que garantam o acesso e permanência com qualidade na educação em todos os níveis.

Encarar a tarefa de mudar a vida da juventude brasileira com políticas públicas a partir de uma perspectiva emancipatória e socialista exige enfrentar desafios e potencialidades enormes. Primeiro, porque os rumos da vida e consciência da juventude estão em constante disputa. O neoliberalismo e seus valores buscam cotidianamente conquistar a juventude para o seu projeto individualista e anti-solidário de sociedade. O modo petista de construir políticas públicas de juventude (PPJs), por sua vez, deve estar disposto à disputa constante com o neoliberalismo, desvelando um outro mundo possível para a juventude, buscando a garantia da igualdade de oportunidades, o livre desenvolvimento de sua personalidade e envolvendo a própria juventude na tomada de decisões sobre o seu destino, viabilizando o direito à participação social.

Desta forma as PPJs petistas devem voltar-se para a garantia da vida digna para as juventudes do campo e da cidade, ampliando as possibilidades de geração de renda, acesso à educação, saúde e cultura, livre expressão de sua sexualidade e o combate ao racismo e outras formas de discriminação, alinhando-se a uma política de segurança cidadã que encare a juventude como sujeito de direitos e não como inimigo.

---

<sup>46</sup> No Rio Grande do Norte, por exemplo, estado com os mais altos índices de homicídios de jovens nesse período - 152 assassinados a cada 100 mil jovens em 2017 – os dados levantados pelo Observatório da Violência (OBVIO/RN) apontam para um perfil majoritariamente masculino (95%), negro ou pardo (90%), de baixa escolaridade (85,1% tem até o ensino fundamental), baixa renda (76% com até um salário mínimo), e grande concentração dessas ocorrências nas periferias urbanas.

São exemplos de experiências positivas de governos petistas a criação de programas de capacitação e formação de jovens; ações culturais e desportivas complementares e integradas à rede de educação pública; políticas de incentivo ao ingresso no mercado de trabalho; iniciativas de fomento a empreendimentos de economia solidária geridos por jovens; e criação de conselhos, realização de conferências e elaboração de planos participativos.

#### **Diretrizes para uma política municipal para a Juventude:**

##### **Educação**

- Promover o Ensino Integral com a oferta de educação tecnológica e profissionalizante, e de educação cultural, desportiva e cidadã;
- Buscar a promoção da Educação de Jovens e Adultos, a erradicação do analfabetismo e construir políticas de apoio complementares no acesso ao ensino superior.

##### **Profissionalização, trabalho e renda**

- Promover o acesso ao estágio, jovem aprendiz e ao primeiro emprego;
- Construir políticas de incentivo à permanência no campo e à sucessão rural;
- Incentivar a economia solidária e o cooperativismo, promovendo iniciativas de inovação empreendedoras, com recorte social.

##### **Diversidade e Igualdade**

- O fomento da construção de centros de referência para atendimento de jovens mulheres, LGBTs, negros e negras, quilombolas, indígenas, juventude em situação de rua;
- O fomento aos conselhos, para além do Conselho de Juventude.

##### **Cultura**

- O fomento, acesso e a democratização cultural para a juventude;
- Criação do Plano Municipal de Cultura em cidades que não o possuem;
- Fomento a espaços que incentivem a economia criativa, a fim de promover o local para jovens iniciantes e também referências na cena cultural do local.

## Políticas para a pessoa LGBT

O Partido dos Trabalhadores sempre esteve ao lado de todas as lutas por direitos humanos, afinal sua constituição fundou-se no anseio de que todos possuem os mesmos direitos, o que fortaleceu o processo Constituinte, a redemocratização do Brasil e o “Estado de Bem-Estar Social que preconiza o Estado Democrático de Direito”.

Ao longo de sua trajetória, O PT foi terreno fecundo, por meio de seus canais democráticos de participação, para tratar de temas, necessidades, percepções e demandas sociais das maiorias sociais. Por isso, tornou-se a principal ferramenta prática de transformação social para mulheres, pessoas negras, jovens e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs).

A defesa e as políticas voltadas à população LGBT, bem como os avanços conquistados nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma merecem destaque, ainda que não se tenha conseguido alcançar todos os direitos necessários devidos a essa população, pois são inegáveis e tiveram repercussão concreta na vida e na dinâmica das cidades, a partir da melhoria na qualidade de vida das pessoas, em especial, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ao mesmo tempo, em consonância com esses avanços sociais, houve uma ampliação da organização e da força desses setores e segmentos no interior do partido, juntamente com mulheres, pessoas negras e juventude.

Ao mesmo tempo, o PT tem fortalecido e incentivado seus militantes, em cada área, a se organizar em diferentes movimentos e em entidades. Essa organização sempre orientou a luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora em seus diferentes e plurais aspectos, demonstrando a força e potência das construções e atualizações sociais, servindo de bússola para o partido.

Nessa conjuntura, o governo Bolsonaro associa ao programa ultraliberal os mais atrasados e nefastos valores sociais, incentivando a perseguição e todas as formas de violência contra a população LGBT. Nas eleições de 2020, é preciso defender a liberdade e a vida de cada pessoa e deixar claro que a orientação sexual de cada um não é, e não pode ser, assunto público. O assunto público a ser discutido e tratado é a defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs.

Dessa forma, apoiados nas políticas ainda parciais que tiveram início em 2003, devemos construir nossas propostas para os programas e planos de governo e propostas de mandato parlamentar.

Destacamos as políticas desenvolvidas nos governos do Presidente Lula e Presidenta Dilma:

- Programa Brasil sem Homofobia (2004) – um conjunto de ações e iniciativas interministeriais, envolvendo educação, cultura, saúde, previdência, entre outros.
- Realização da 1ª Conferência Nacional LGBT – 06 a 08/06/2008;
- Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD – LGBT (09/12/10);
- Realização da 2ª Conferência Nacional LGBT – 15 a 18/12/2011;
- Conquista do casamento entre pessoas do mesmo gênero, a partir da atuação do movimento LGBT organizado – STF – 05/04/2011;
- Determinação para que os cartórios realizassem o casamento entre pessoas do mesmo sexo - CNJ – 14/05/2013;
- Realização da 3ª Conferência Nacional LGBT – 24 a 27/04/2016.

Para mitigar a desigualdade e a segregação sociais, as ações e propostas têm como pressuposto o convívio saudável e respeitoso entre todas e todos, conforme previsto na Carta Magna de 1988.



### **Proposta de Mandato Parlamentar:**

- Apresentar projeto de lei que crie o Conselho Municipal LGBT;
- Realizar seminários e audiências públicas para discutir as principais demandas da população LGBT como, por exemplo, a questão da saúde integral na rede municipal;
- Participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBT e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao tema; e integrar os mecanismos de participação e controle social de políticas e direitos LGBT;
- Orientar vereadores e vereadoras sobre projetos de lei para garantia de cidadania LGBT;
- Produzir cartilha física e virtual de orientação à população sobre a terminologia utilizada pelo movimento LGBT;
- Organizar pesquisas para levantamento de dados sobre *bullying*, violência física e depressão motivados por LGBTfobia.

### **Programas e Planos de Governo:**

- Realizar cursos de formação para os servidores municipais para discutir assuntos e temáticas específicas da população LGBT, como a questão da saúde integral, combate ao *bullying* homofóbico nas escolas municipais;
- Realizar oficinas de formação para adolescentes e jovens sobre diversidade sexual e as manifestações da identidade de gênero e orientação sexual, de acordo com os parâmetros nacionais curriculares;
- Criar, junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), centro de Cidadania LGBT: serviço de atendimento jurídico, social e psicológico para LGBTs vítimas de violência;
- Estabelecer um programa de ações entre secretarias para o combate a LGBTfobia e promoção da cidadania LGBT;
- Incluir a população LGBT em programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação;
- Promover a educação para a diversidade sexual;
- Oferecer atendimento psicológico a estudantes vítimas de discriminação, com a finalidade de prevenir a evasão escolar.

## Políticas para o Combate ao Racismo

Os governos petistas foram os que mais contribuíram para diminuição das desigualdades entre negros e brancos no país, mais combateram o racismo e a discriminação racial e promoveram uma inédita mobilidade social das camadas populares. Assim, é correto caracterizá-los como gestões que privilegiaram a população negra, tanto com as políticas sociais generalistas que beneficiavam os pobres em geral, como pelas políticas específicas de promoção da igualdade racial.

Nas eleições de 2020, portanto, dois projetos de país estarão em disputa. Um elitista, excludente, racista, xenófobo, defensor da manutenção da sociedade desigual que ainda vivemos. O outro, democrático-popular, inclusivo, defensor da igualdade de oportunidades e direitos.

Nesse sentido, é necessário o aprofundamento e ampliação de diversas políticas, assim como a implementação de novos e ousados programas para diminuir a histórica desigualdade racial em nossas cidades. Apesar dos esforços perpetrados e dos avanços conquistados no passado recente, as gestões municipais deverão resgatar e ampliar todos os programas de promoção da igualdade racial.

Não obstante, é preciso superar um paradoxo que marcou os governos do PT no país: num mesmo período em que se incluiu social e economicamente números expressivos de jovens negros, cresceu de forma alarmante o homicídio e o encarceramento desse mesmo grupo social.

Assim, propomos que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar do PT tenham as seguintes diretrizes e ações:

I – Retomada das políticas de promoção da igualdade racial, como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo;

II – Enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população.

- Políticas públicas que busquem igualdade de tratamento, salários e oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo;
- Criação de programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades;
- Implantação de um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem à superação da discriminação racial e de gênero;
- Criação de ações governamentais, com especial atenção a prevenção e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde acerca das especificidades da saúde da população negra e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;
- Construção de mecanismos mais efetivos de participação dos quilombolas, respeitando as especificidades de cada região, inclusive assegurando a consulta pública livre e informada, quando se tratar de ações que afetem a vidas das comunidades quilombolas;
- Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
- Indução de programas de formação de professores (as) em torno das leis 10.639 e 11.645 nas universidades federais, na promoção de cursos de especialização, privilegiando professores (as) do Ensino Básico.